

SARAIVA LIVREIROS S.A. – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL E CONTROLADA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Saraiva Livresiros S.A. – Em Recuperação Judicial (“Controladora” ou “Companhia”) é sociedade por ações brasileira de capital aberto, fundada em 1914, com sede na Rua Henrique Schaumann, 270, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, listada na B3 S.A. - Brasil, Bolsa Balcão (“B3”), sob os códigos SLED3 e SLED4 e no Nível 2 de Governança Corporativa, que atua no segmento de varejo por meio da Saraiva e Siciliano S.A. – Em Recuperação Judicial (“Varejo”).

O Varejo é sociedade por ações brasileira de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, controlada pela Companhia, que detém participação direta de 99,99% de suas ações ordinárias, com atividade preponderante no varejo de livros, games, filmes, música, artigos de papelaria, conteúdo digital e e-reader. A comercialização é realizada por meio do varejo eletrônico e de uma rede de 73 lojas. O Varejo opera ainda com produtos de tecnologia por meio do seu próprio market place, integrado ao e-commerce.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a Controladora apresentou prejuízo de R\$301.730 (R\$ 301.754 no consolidado) em decorrência, principalmente, do atual cenário de crise econômica iniciada em 2015 que resultou em sucessivas desacelerações da economia e consequente retração no consumo, impactando fortemente as operações do Varejo.

A crise econômica iniciada em 2015 foi um dos mais graves períodos de crise da história recente do País no campo econômico, com repercussão significativa nas operações do Varejo. A Companhia adotou diversas medidas para mitigar os impactos causados, no entanto, insuficientes para reverter o quadro que se apresentava, agravado por outros acontecimentos não esperados, tais como: um aumento do preço médio dos livros abaixo das expectativas, o encolhimento de categorias relevantes que integravam o faturamento da Companhia, as dificuldades de contratação de novas linhas de crédito, os obstáculos enfrentados para a realização de créditos tributários e a inesperada queda de faturamento decorrente de problemas originados pela implementação do novo sistema de gestão. Tais acontecimentos comprometeram, significativamente, a obtenção dos resultados desejados e frustraram a perspectiva da Companhia de poder honrar com as suas obrigações de curto prazo.

Com o agravamento da crise econômica, a Administração da Companhia, em seu melhor julgamento, apresentou em 23 de novembro de 2018 pedido de recuperação judicial, cujo Plano foi aprovado em AGE de 29 de agosto de 2018, como forma de enfrentamento dos impactos da crise econômica sobre o mercado editorial. O pedido de recuperação foi deferido e a administradora judicial nomeada em 26 de novembro de 2018. Em 1 de agosto de 2019, foi juntada ao processo a revisão do Plano de Recuperação Judicial (“PRJ”), apresentado em 4 de fevereiro de 2019, tendo sido homologado em 17 de setembro de 2019 (Nota Explicativa nº 31).

A Administração envidou todos os esforços para assegurar efetividade aos ajustes necessários a continuidade operacional da Companhia previstos no Plano de Recuperação Judicial aprovado, tais como a reestruturação do passivo e a preservação de investimentos considerados essenciais à

continuidade operacional, e alterações na estrutura de Governança Corporativa, que demonstravam a viabilidade futura da Companhia. No entanto, mesmo diante do rigoroso cumprimento dos pagamentos aos credores e das medidas adotadas nos termos do PRJ, a Companhia apurou resultados abaixo das expectativas de crescimento estimadas e continuou com dificuldades de geração de caixa.

Nos termos previstos pelo PRJ, a Companhia elegeu um novo Conselho de administração e contratou um novo CEO, em um movimento de fortalecimento e aprimoramento de sua governança. Por meio dessas medidas, a Companhia deu início a um novo Plano de Ação para reestruturação das operações e recuperação dos resultados econômicos voltado a preservar a manutenção da fonte produtora e a continuidade do negócio.

O Plano de Ação tem por objetivo uma mudança estrutural de processos em todos os níveis de atividades da Companhia, por meio da inserção de uma cultura de reestruturação.

O Plano de Ação foi aprovado pelo novo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2020 e está baseado em três projetos, que serão implementados nos próximos meses:

- Nova gestão de abastecimento

Encerramento das atividades do Centro de distribuição localizado em Cajamar e abastecimento descentralizado, conforme alinhamento prévio com fornecedores;

- Full e-commerce

Definição de uma estratégia de rentabilidade por meio de menor volume de vendas com maiores margens e uma redução de custos fixos e variáveis por meio da terceirização das atividades de distribuição, gestão de estoque e cobrança do canal de vendas online. Permanecerão sob a responsabilidade das equipes internas a gestão do canal de vendas;

- Terceirização do Back-office

Redução de custos fixos, despesas administrativas e de ocupação, por meio da terceirização da operação de back-office;

A Administração, ciente da relevância dos desafios está mobilizada para a realização dos ajustes que forem necessários para assegurar o sucesso do novo Plano de Ação e, assim, está otimista em seu julgamento acerca da sua capacidade de recuperação e manutenção da atividade operacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

2.1. *Declaração de conformidade*

As demonstrações contábeis compreendem as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Controladora e do Varejo (“Companhia”).

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de março de 2020 foi autorizada a conclusão e divulgação das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas, que contemplam, quando aplicável, os eventos subsequentes ocorridos após 31 de dezembro de 2019.

2.2. *Base de mensuração*

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. *Moeda funcional e de apresentação*

A moeda funcional e de apresentação utilizada nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é o real (R\$).

2.4. *Principais fontes de julgamento e estimativas*

A elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer da Administração certos julgamentos e o uso de premissas e estimativas com base na experiência e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas e que podem apresentar resultados divergentes dos resultados efetivos.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente e os respectivos efeitos são reconhecidos no exercício em que são revistas.

As informações sobre julgamentos relacionados às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste relevante no próximo exercício estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- a) Perdas com créditos de liquidação duvidosa – nota explicativa nº 5
- b) Perdas com obsolescência de estoques – nota explicativa nº 6
- c) Impostos diferidos – nota explicativa nº 8
- d) Redução aos valores de recuperação dos ativos – nota explicativa nº 11 e 12
- e) Redução ao valor de recuperação do ágio – nota explicativa nº 12
- f) Programa de fidelização de clientes do Varejo – nota explicativa nº 14
- g) Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas – nota explicativa nº 18
- h) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e não derivativos – nota explicativa nº 27

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas a seguir são adotadas pela Controladora e pelo Varejo e foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações contábeis de empresa controlada são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que se obtém o controle até a data em que tal controle deixa de existir.

Controlada

As políticas financeiras, operacionais e contábeis do Varejo são controladas e ajustadas pela Administração da Controladora.

Nas demonstrações contábeis individuais da Controladora, as demonstrações contábeis do Varejo são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial e na preparação das demonstrações contábeis consolidadas foram utilizadas demonstrações contábeis do Varejo encerradas na mesma data-base.

Transações eliminadas na consolidação

Os saldos e transações e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre a Controladora e o Varejo são eliminados na preparação das demonstrações contábeis consolidadas. Os ganhos e prejuízos não realizados oriundos de transações com o Varejo registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Controladora. Entretanto, os prejuízos não realizados são eliminados somente até o ponto em que não exista evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b) Operação descontinuada e ativos não circulantes mantidos para venda

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados como ativos mantidos para a venda o terreno e a edificação da unidade operacional de Guarulhos da Controladora, pelo montante de R\$21.427, equivalentes ao menor valor entre o valor contábil e o valor justo diminuído das despesas de venda.

O resultado das operações descontinuadas apresentado no exercício compreende o resultado residual das operações relacionadas ao segmento editorial da Controladora, vendido para a Editora Ática S.A. em 2015

c) Receitas operacionais

As principais receitas estão relacionadas às atividades do Varejo e correspondem a venda de mercadorias e serviços.

A receita é reconhecida pelo valor que reflete a contrapartida que se espera ter o direito em troca da transferência de mercadorias e/ou serviços para o cliente e sua contabilização é determinada de acordo com o modelo de 5 etapas estabelecido pelo CPC 47 – Receita de

Contratos com Clientes, que substituiu todos os requisitos vigentes até 31 de dezembro de 2017 de reconhecimento de receita.

A Administração optou pela aplicação retrospectiva modificada exigida para períodos anuais com início a partir de 01 de janeiro de 2018. Na avaliação da Administração não foram identificadas alterações relevantes no reconhecimento de receitas operacionais em relação ao modelo anterior, essencialmente porque as receitas são reconhecidas mediante a transferência do controle pela entrega das mercadorias e serviços.

As vendas que resultam na concessão de bônus aos clientes do programa de fidelização do Varejo (“Saraiva Plus”) são contabilizadas como receita diferida pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, na data das vendas, ajustado pela média da margem de venda. O reconhecimento da receita diferida no resultado é realizado quando os créditos são resgatados pelos clientes e as obrigações cumpridas e/ou por expiração do direito de uso dos pontos.

d) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas de encerramento dos exercícios. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado.

e) Instrumentos financeiros

i) Ativos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou o Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

O desreconhecimento de um ativo financeiro é realizado quando expiram os direitos contratuais, ou quando são transferidos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro.

Ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial se e somente se, há o direito legal de compensar os valores e a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii) Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros dessa categoria de instrumentos financeiros são aqueles classificados como mantidos para negociação e designados no seu reconhecimento inicial como sendo mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A mensuração desses ativos é pelo valor justo e suas alterações, assim como, os custos das transações são reconhecidos no resultado do exercício quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Os ativos financeiros não derivativos dessa categoria de instrumentos financeiros são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, esses ativos são mantidos pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros.

Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, bancos e de aplicações financeiras com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. Esses ativos possuem liquidez e estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

iii) Passivos financeiros não derivativos – reconhecimento, baixa e mensuração

Os passivos financeiros não derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial somente quando a Controladora, ou Varejo se tornam parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são desreconhecidos quando cessam ou são extintas as obrigações contratuais, pela retirada de uma das partes, pelo cancelamento ou pelo vencimento.

Os passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente, pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à operação. Subsequentemente, os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método de taxa efetiva de juros.

iv) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

Compreendem as operações cujo valor se altera em resposta à mudanças na taxa de câmbio, liquidadas em datas futuras. Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da contratação e ajustados pelo valor justo na data de encerramento de cada exercício. São consideradas nessa categoria as operações de “swap” para os empréstimos em moeda estrangeira.

Contabilidade de hedge (hedge accounting) para proteção de empréstimos em moeda estrangeira

A Administração adota as regras de contabilidade de hedge para registrar, nos mesmos períodos contábeis, os efeitos do derivativo formalmente designado como instrumento de hedge, assim como do item protegido, relacionados às diferenças entre as moedas estrangeiras e a moeda funcional.

A parcela efetiva do hedge, correspondente às diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um ativo financeiro designado como hedge é reconhecida em outros resultados abrangentes e acumulada na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida no resultado. A parcela mantida em conta de ajuste de avaliação patrimonial é reclassificada para o resultado com a liquidação do passivo financeiro objeto de hedge. A operação com derivativos foi liquidada no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

f) Contas a receber de clientes e perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, líquidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa e dos créditos considerados irrecuperáveis.

As perdas esperadas para os títulos a receber, vencidos e a vencer e recebíveis de cartão de crédito são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, o histórico de perdas.

As contas a receber de clientes não são ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento no curto prazo e porque os efeitos não são relevantes nas demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

g) Estoques de mercadorias para revenda

Registrados pelo custo médio de aquisição e, quando aplicável, deduzidos de perdas com obsolescência para ajustá-los ao valor líquido de realização, quando este for inferior.

As perdas com obsolescência do estoque de mercadorias para revenda do Varejo são estimadas e reconhecidas para itens sem movimentação ou baixo giro, obsoletos e para os itens que não apresentarem condição de venda, mediante análises periódicas conduzidas pela Administração de acordo com critérios estabelecidos na política interna para obsolescência de estoques.

h) Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais da Controladora. O lucro não realizado decorrente das operações comerciais da Controladora com o Varejo é eliminado por meio de equivalência patrimonial (Nota explicativa nº10).

i) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas para redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens (Nota explicativa nº 11). As instalações e benfeitorias nas unidades locadas da Controladora e do Varejo são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica estimada dos bens, dos dois, o menor (Nota explicativa nº 11).

Os encargos financeiros dos empréstimos obtidos para expansão e reforma das lojas do Varejo não estão incluídos no custo de aquisição dos itens do ativo imobilizado, dado que o tempo médio de montagem e abertura de uma loja é de aproximadamente três meses, não se enquadrando na definição de ativo qualificável.

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, quando aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão. A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, assim reconhecidos no resultado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes, quando aplicável, são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j) Intangível

Adquiridos separadamente:

Ativos intangíveis com vida útil definida e adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e, quando aplicável, das perdas por redução ao valor recuperável. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada (nota explicativa nº 12).

Os gastos com cessão comercial pagos pelo Varejo quando da assinatura dos contratos de aluguéis dos imóveis comerciais são considerados itens do ativo intangível na data de assinatura dos contratos. A amortização é linear, pelo prazo de locação e não se aplica ao valor residual, quando existente.

Gerados internamente:

Os gastos com atividades de pesquisa, quando realizadas são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente, resultante de gastos com desenvolvimento de software, é reconhecido somente se demonstradas cumulativamente as seguintes condições: (i) a viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) a intenção de se completar o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo; (iii) a habilidade de usar ou vender o ativo intangível, a geração de prováveis benefícios econômicos futuros e a disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros para completar o desenvolvimento; e (iv) a habilidade de mensurar, com confiabilidade, os gastos atribuíveis ao ativo durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido corresponde aos gastos incorridos desde quando o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento. Subsequentemente, os ativos são registrados pelo custo de formação, deduzido da amortização e, quando aplicável, da perda por redução ao valor recuperável.

Baixa de ativos intangíveis

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

Ágio

O ágio apresentado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas é resultante da aquisição e incorporação de empresa adquirida em 2008, amortizado linearmente à taxa de 20% ao ano até 31 de dezembro de 2008. Desde 1º de janeiro de 2009, o ágio deixou de ser amortizado e passou a ser submetido ao teste de recuperação em bases anuais e independentemente da existência de indicadores de perda.

k) Avaliação do valor recuperável dos ativos

i. Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda de valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor recuperável inclui:

- inadimplência ou atrasos do devedor;
- reestruturação de um valor devido à Controladora e a empresa controlada em condições que a Controladora e a empresa controlada não considerariam em condições normais;
- indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento;
- dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Controladora e o Varejo consideram evidência de perda de valor de ativos, mensurados pelo custo amortizado, tanto individualmente como em conjunto. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados para identificar a perda por redução ao valor recuperável. Para os ativos que, individualmente, não apresentaram perda de valor é realizada, então, a avaliação conjunta para identificação de qualquer perda, ainda não identificada na avaliação individual. Para os ativos que não são individualmente significativos, a avaliação é realizada em conjunto com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável para o conjunto de ativos, a Controladora e o Varejo utilizam tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir se o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Controladora e o Varejo consideram que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda estimada, tal redução é revertida por meio do resultado.

Investida contabilizada pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Controladora e do Varejo, exceto estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de encerramento do exercício para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Se houver indicação de perda, o valor recuperável do ativo é estimado e o valor contábil ajustado ao valor recuperável, se aplicável. No caso do ágio e dos ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente, independentemente de indicação de perda.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs), majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos. O ágio de uma combinação de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos os custos necessários para vendê-lo. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente com uso de uma taxa de desconto que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo ou UGC é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l) Empréstimos e financiamentos

Reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros correspondente ao custo, acrescido de encargos, juros e variações monetárias e cambiais previstos contratualmente, incorridos até a data de encerramento de cada exercício pelo prazo de vigência dos contratos.

Os empréstimos em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio nas datas de encerramento dos exercícios e estão vinculados às operações de “swap”, registradas pelo regime de competência e ambos mensurados ao seu valor justo. Os ganhos e as perdas apurados em virtude desses contratos são reconhecidos como ajustes no resultado financeiro.

m) Custos de transações de captação de empréstimos e financiamentos

Os custos incorridos na captação de recursos com instituições financeiras são apropriados ao resultado pela fluência do prazo de vigência da operação, com base no método de custo amortizado.

n) Provisões

A provisão é reconhecida mediante uma obrigação presente, legal ou construtiva, resultante de um evento passado que demande uma saída provável de recursos financeiros para liquidar a obrigação, cujo montante possa ser razoavelmente estimado no encerramento de cada exercício.

A provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas é registrada quando há uma obrigação presente e a probabilidade de saída de recursos para liquidar a obrigação, sendo observada a natureza de cada risco, com base na opinião dos assessores jurídicos da Controladora e do Varejo. Os fundamentos e a natureza da provisão para riscos estão descritos na nota explicativa nº 18.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis e que haja expectativa de saída de caixa não são reconhecidos, entretanto, são divulgados.

Os passivos são periodicamente avaliados para determinar se existem evidências de uma provável saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar as obrigações.

o) Arrendamento mercantil

Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Os demais casos são classificados como arrendamento operacional.

- **Arrendamentos operacionais**

Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais são registrados como despesa pelo método linear, durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos contingentes (parcela variável em virtude da receita de vendas) são reconhecidos como despesa nos exercícios em que são incorridos.

- **Arrendamentos financeiros**

Capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento em contrapartida às correspondentes obrigações, líquidas dos encargos

financeiros, registradas nos passivos circulante e não circulante, de acordo com o prazo do contrato.

A partir do exercício iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos mercantis observam a norma requerida pelo CPC 06(R2).

p) Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

- Correntes

As provisões para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) são calculadas de acordo com a legislação tributária vigente no País, pelas alíquotas vigentes sobre o lucro real, apurado a partir do lucro líquido contábil ajustado pelas adições de despesas consideradas não dedutíveis e exclusões de receitas consideradas não tributáveis; e compensado por prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitada a 30% do lucro real apurado para o exercício.

- Diferidos

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL e sobre diferenças temporárias apuradas pelo Varejo, e sobre diferenças temporárias da Controladora. O IRPJ e a CSLL diferidos ativos são reconhecidos no montante provável em que os lucros tributáveis futuros serão suficientes para deduzir todas as diferenças temporárias, os prejuízos fiscais e as bases negativas de CSLL.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados pelas alíquotas aplicáveis previstas no exercício quando realizado o ativo ou liquidado o passivo sobre os quais são calculados. Os impostos diferidos são reconhecidos como receita ou despesa e incluídos no resultado. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no encerramento de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante estimado de recuperação.

Os ativos e passivos fiscais diferidos, representados pelo IRPJ e CSLL diferidos, são apresentados compensados, exceto nas demonstrações contábeis consolidadas.

Os ativos fiscais diferidos são calculados com base em estudo sobre a expectativa de realização do lucro tributável futuro, trazido a valor presente e deduzido de todas as diferenças temporárias. O cálculo é anualmente revisado e aprovado pela Administração. As projeções dos resultados futuros consideram as principais variáveis de desempenho da economia brasileira, o volume e o preço das vendas e as alíquotas dos tributos.

q) Receita diferida – programa de fidelização de clientes

A receita de vendas obtida pelo programa de fidelização do Varejo é registrada na rubrica “receita diferida - programa de fidelização” pelo valor dos pontos acumulados, ajustado pela média da margem de venda. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização pelos clientes do seu direito de uso dos créditos – Bônus, assim como, pela efetiva expiração do Bônus.

O valor de cada ponto é calculado com base na quantidade de pontos necessária para obtenção do direito ao Bônus e ajustado pela média do custo da mercadoria vendida. De acordo com o regulamento do programa vigente desde 16 de junho de 2017, os pontos conquistados por meio das compras têm validade de 12 meses e a cada 500 pontos o cliente adquire o direito ao Bônus e recebe um voucher no valor de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras realizadas de qualquer produto nas lojas e no comércio eletrônico do Varejo.

r) Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo relacionado aos planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo, quando aplicável é reconhecido se houver uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e ainda, se a obrigação puder ser estimada de maneira confiável.

s) Remuneração baseada em ações

O plano de remuneração baseado em ações para executivos da Controladora e do Varejo é mensurado pelo valor justo dos instrumentos de patrimônio na data de outorga. Os detalhes da determinação do valor justo estão descritos na nota explicativa nº 19 d).

O valor justo das opções de compra determinado na data da outorga de cada programa é registrado pelo método linear como despesa ao resultado dos exercícios durante o prazo no qual o direito é adquirido, com base em estimativas sobre quais opções concedidas serão exercidas.

t) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuados pela Administração da Controladora que estiverem dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “dividendos e juros sobre o capital próprio” por ser considerada como uma obrigação estatutária da Controladora. Por outro lado, a parcela dos dividendos e juros sobre o capital próprio superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o encerramento do exercício a que se referem as demonstrações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações, é registrada na rubrica “dividendos adicionais propostos”.

u) Apresentação do lucro líquido por ação

O resultado por ação é apresentado em básico e diluído, nos termos do pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação (IAS 33), conforme nota explicativa nº 26.

v) Receitas financeiras e despesas financeiras

O resultado financeiro compreende basicamente juros ativos de aplicações financeiras e impostos a recuperar; e juros passivos e variações monetárias e cambiais de empréstimos e financiamentos e impostos a recolher. Os juros são reconhecidos no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros e as variações monetárias e cambiais, de acordo com as taxas vigentes nas datas de encerramento do exercício.

w) Informação por segmento

Os resultados por segmentos que são reportados à Diretoria e ao Conselho de Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Eventualmente são utilizadas, em determinadas análises, informações detalhadas sobre produtos e outras divisões do Grupo que não se qualificam como segmentos para divulgação. Para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o único segmento em operação é o denominado Varejo.

x) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

A DVA tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e sua distribuição durante determinado período conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações contábeis individuais e como informação suplementar às demonstrações contábeis consolidadas, porque não é prevista nem requerida pelas IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

y) Novas normas e interpretações emitidas pelo IASB e CPC

Normas e emendas que estão vigentes partir de 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 – Arrendamentos mercantis – CPC 06(R2)

A Companhia e o Varejo adotaram em 1º de janeiro de 2019, data da transição, o IFRS 16/CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil”, que determina o reconhecimento, a partir da data da transição, do direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, e que inclui o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

A nova norma define os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação dos arrendamentos mercantis e introduz um modelo único de contabilização no balanço patrimonial para os arrendatários. O arrendatário deve reconhecer um ativo que representa o seu direito de uso do bem arrendado e, um passivo de arrendamento, que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos de arrendamento. Isenções opcionais estão previstas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros.

A Companhia e o Varejo adotaram o CPC 06 (R2)/IFRS 16 utilizando a abordagem retrospectiva simplificada, que não requer a reapresentação dos valores correspondentes, e que não impacta o patrimônio líquido na data da adoção inicial, bem como não altera o cálculo de dividendos e possibilita a adoção de expedientes práticos, sendo os efeitos apresentados a partir de 1º de janeiro de 2019.

Transição

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e do Varejo em 1º de janeiro de 2019. Os ativos de direito de uso foram mensurados ao valor equivalente ao passivo de arrendamento na data de adoção inicial, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Isenções

A Companhia e o Varejo optaram por utilizar o expediente prático de transição e não reconhecer os ativos de direito de uso e os passivos de arrendamento para alguns arrendamentos de ativos de baixo valor (por exemplo, alugueis de impressoras, máquinas de café, etc.), bem como de curto prazo. A Companhia e o Varejo reconhecem os pagamentos associados a esses arrendamentos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Impactos da adoção do CPC 06(R2) nas demonstrações contábeis consolidadas

	Demonstrações contábeis divulgadas em 31/12/18	Impactos referente adoção do CPC 06 (R2)	Demonstrações contábeis divulgadas em 01/01/19
Ativo			
Circulante	483.634	-	483.634
Não circulante	495.040	342.873	837.913
Imobilizado (direito de uso)	-	342.873	342.873
Total do ativo	978.674	342.873	1.321.547
Passivo			
Circulante	800.036	32.881	832.917
Arrendamento mercantil	-	32.881	32.881
Não circulante	57.720	309.992	367.712
Arrendamento mercantil	-	309.992	309.992
Patrimônio líquido	120.918	-	120.918
Total do passivo e patrimônio líquido	978.674	342.873	1.321.547

A Companhia e o Varejo analisaram dentro das operações que se enquadram no escopo da norma os efeitos relativos às contingências e riscos de impairment e não identificaram impactos.

IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda

Esta interpretação, esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos adotados pela autoridade fiscal, relacionados ao imposto de renda e contribuição social. A Administração da Companhia e do Varejo avaliaram a interpretação e não identificaram riscos significativos, decorrentes dos tratamentos fiscais utilizados pela Companhia e Varejo, que possam gerar questionamentos ou não serem aceitos pelo Fisco, adicionalmente a adoção não causou impactos significativos em suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Outras normas não aplicáveis a Companhia e o Varejo

- Alterações na IFRS 9 – recursos de pré-pagamento com compensação negativa
- Alterações IAS 28 – participação de longo prazo em coligadas e joint ventures
- Alterações na IFRS 10 e IAS 28 – venda ou constituição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture;

Normas e Interpretações ainda não vigentes:

A Companhia e o Varejo não avaliaram os impactos na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas para as seguintes normas que serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020.

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3); e
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

a) Caixa e equivalente de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Caixa e bancos - conta movimento	2.603	119	20.464	49.110
Aplicações financeiras - equivalente de caixa	-	641	-	46.313
	<u>2.603</u>	<u>760</u>	<u>20.464</u>	<u>95.423</u>

b) Aplicações financeiras

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Aplicações financeiras	<u>-</u>	<u>6</u>

A exposição a riscos de taxa de juros e análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa nº 27.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Títulos a receber	7.734	10.910
Recebíveis de cartão de crédito e débito	<u>15.846</u>	<u>47.114</u>
	23.580	58.024
Perda esperada	<u>(311)</u>	<u>(339)</u>
	<u>23.269</u>	<u>57.685</u>

O prazo médio de recebimento das vendas de mercadorias realizadas pelo Varejo (“títulos a receber”) é de 27 dias (55 dias em 31 de dezembro de 2018). As contas a receber representadas por cartões de crédito estão distribuídas, substancialmente, nas seguintes adquirentes: Private Label, Rede e Wirecard.

A Administração não reconheceu o ajuste a valor presente, uma vez que as operações são de curto prazo, e considera irrelevante o efeito de tais ajustes, quando comparado com as demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de encerramento de cada período é o valor contábil de cada faixa de idade de vencimento.

Composição dos saldos por vencimento

	Consolidado	
	31/12/19	31/12/18
A vencer	22.388	53.693
Vencidos:		
Até 60 dias	802	1.420
De 61 a 90 dias	34	587
De 91 a 180 dias	12	533
Acima de 180 dias	<u>345</u>	<u>1.791</u>
	<u>23.580</u>	<u>58.024</u>

As contas a receber de clientes do Varejo estão representadas, em sua maior parte, por recebíveis em cartões de crédito e débito, cujas perdas são originadas por cancelamento das vendas, ou *charge back*, seja por não reconhecimento da compra por parte do titular do cartão, seja por fraude na utilização de cartões. As perdas esperadas relacionadas com o recebimento de cartões utilizam como base para sua estimativa as vendas realizadas e o histórico de perdas e são ajustadas pelo recebimento dos créditos. As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para os títulos a receber são estimadas com base na probabilidade de recebimento e levam em consideração em seu cálculo, créditos vencidos há mais de 180 dias e evidências objetivas de insolvência, inadimplência ou atrasos do devedor. Não foram identificadas outras perdas relevantes na análise de *impairment* dos recebíveis.

Valor das perdas registradas no resultado do exercício

	Consolidado	
	31/12/19	31/12/18
Perda estimada com créditos		
de liquidação duvidosa	(311)	(107)
Perda efetiva com títulos a receber		
e cartão de crédito	(899)	(18.799)
Recuperação de créditos		
considerados irrecuperáveis	<u>6</u>	<u>107</u>
	<u>(1.204)</u>	<u>(18.799)</u>

6. ESTOQUES

	31/12/19	31/12/18
Mercadorias para revenda	135.691	197.148
(-) Perda com obsolescência	(35.082)	(24.001)
Materiais de embalagem e consumo	<u>1.917</u>	<u>1.704</u>
	<u>102.526</u>	<u>174.851</u>

Mercadorias recebidas em consignação

O Varejo possui volume expressivo de mercadorias recebidas em consignação da categoria Livros, equivalentes a R\$117.007 (R\$102.448 em 2018). O estoque consignado é registrado em rubricas específicas de controle para apropriação do custo das mercadorias vendidas e dos montantes a pagar sob essa forma contratual, de tal modo que os estoques apresentados nas demonstrações contábeis reflitam apenas as mercadorias adquiridas por compra firme. O custo das vendas de mercadorias é apropriado ao resultado para cada unidade vendida, na data da venda, indistintamente se as mercadorias foram recebidas em consignação ou adquiridas em compra firme.

Perda com obsolescência de estoques

As perdas com obsolescência nas operações do Varejo são estimadas para os grupos de itens similares do estoque em que houve evidência de que o valor líquido de realização das mercadorias, pela sua venda durante o curso normal dos negócios será inferior ao valor de custo, por deterioração, obsolescência, baixo giro ou por ausência de movimentação de acordo com critérios estabelecidos na política de perdas com obsolescência dos estoques, adotada pela Companhia.

Entre as ações adotadas pela Administração em 2018 voltadas para o aumento da rentabilidade e o fortalecimento do caixa, foi implementada importante adaptação do mix de produtos às circunstâncias de mercado com o redirecionamento para os segmentos de livros e a descontinuação das categorias de tecnologia (informática, telefonia, assistência técnica e aventura e lazer). As ações para realização do estoque de tecnologia exigiram revisão da estimativa de perda para esse estoque no primeiro semestre de 2019.

7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Contribuição para o Financiamento da				
Seguridade Social - COFINS (ii)	1.730	1.744	88.504	127.655
Programa de Integração Social - PIS (ii)	32	39	16.893	26.485
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (iii)	2.700	2.745	15.054	26.210
Contribuição Social sobre o Lucro				
Líquido - CSLL (iii)	1.932	2.216	10.804	14.154
Imposto sobre Circulação de Mercadorias				
e Serviços - ICMS a recuperar (i)	-	-	79.312	97.383
Outros	179	179	260	261
	<u>6.573</u>	<u>6.923</u>	<u>210.827</u>	<u>292.148</u>
Ativo circulante	179	179	44.175	97.976
Ativo não circulante	<u>6.394</u>	<u>6.744</u>	<u>166.652</u>	<u>194.172</u>
	<u>6.573</u>	<u>6.923</u>	<u>210.827</u>	<u>292.148</u>

- (i) ICMS e ICMS por substituição tributária (ICMS ST) das operações comerciais e de abastecimento do Varejo, no montante de R\$79.312, líquidos de provisão para perda do valor realizável no montante de R\$25.725 (R\$17.329 em 2018). O montante de provisão para perda do valor realizável constituída no exercício foi de R\$8.396. Estão em curso, medidas administrativas endereçadas à Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, onde estão centralizadas as operações de abastecimento do Varejo, com o propósito de recuperação de créditos acumulados por meio do sistema e-CredAc – custeio, nos termos da legislação vigente no RICMS – SP, da ordem de R\$67.059 dos quais o Varejo estima receber via processo administrativo e-CredAc, R\$34.919, líquido de perda ao valor de realização de R\$2.100, sem prejuízo dos montantes não deferidos, que poderão ser recuperados na operação. Com a redução no mix de produtos ofertados pelo Varejo relacionados a produtos tributados pelo ICMS iniciada a partir do último trimestre de 2018 houve uma redução substancial nos montantes acumulados de créditos tributários, assim como uma redução nos montantes recuperados por meio das operações tributadas.
- (ii) Representado, substancialmente, por créditos das contribuições PIS/COFINS, originados nas operações do Varejo, no montante de R\$103.635 (R\$152.357 em 31 de dezembro de 2018), líquidos de perda ao valor de realização de R\$97.757, apropriados sobre compras de mercadorias e serviços, insumos e despesas, nos termos da legislação vigente, entre o período de 2014 a 2019, não compensados até a data de encerramento do exercício com o valor devido apurado e pago das respectivas contribuições.

Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS

O Varejo discute em quatro ações judiciais a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições PIS e COFINS, objeto de julgamento do Recurso Extraordinário com Repercussão Geral – RE 574.706/PR, que definiu que o ICMS, por não compor faturamento ou receita bruta das empresas, deve ser excluído da base de cálculo das referidas contribuições. Para três dos processos em curso houve o trânsito em julgado em dezembro de 2018, agosto e setembro de 2019. Em virtude da complexidade que envolve o tema, considerando que boa parte das mercadorias sujeitas ao ICMS estão sob o regime de substituição tributária e que os cálculos retroagem até o ano de 2001, dificultando sobremaneira o levantamento de documentos e informações, a Companhia contratou consultoria especializada independente para auxiliar o cálculo dos montantes que poderão ser excluídos das contribuições PIS e COFINS e adotou, entre os cálculos possíveis, o cálculo mais conservador, alinhado ao entendimento da Receita Federal do Brasil – RFB. . No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram constituídos créditos tributários no montante de R\$15.216, líquidos de perda ao valor de realização de R\$35.503, relacionados às três ações que tiveram o trânsito em julgado.

- (iii) Representado por créditos resultantes das apurações anuais do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, recolhidos pelo regime de estimativa.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Ativo não circulante:				
Provisões para impostos e contribuições a recolher	-	-	362	1.583
Provisão contingências cíveis e trabalhistas	7.657	1.227	41.224	3.441
Provisão para o custo das vendas de mercadorias recebidas em consignação	-	-	6.685	3.987
Perda por redução ao valor recuperável	-	-	52.669	16.737
Outras provisões	-	-	10.291	1.468
	<u>7.657</u>	<u>1.227</u>	<u>111.231</u>	<u>27.216</u>
Passivo não circulante:				
Amortização fiscal do ágio sobre aquisição de empresas	-	-	-	21.214
Custo atribuído ao imobilizado - "terrenos"	5.810	5.810	5.810	5.810
Leasing financeiro	-	-	6.579	4.775
AVP - credores recuperação judicial	1.844	-	98.839	-
Outros	3	3	3	3
	<u>7.657</u>	<u>5.813</u>	<u>111.231</u>	<u>31.802</u>
	<u>-</u>	<u>(4.586)</u>	<u>-</u>	<u>(4.586)</u>
Passivo não circulante	<u>-</u>	<u>(4.586)</u>	<u>-</u>	<u>(4.586)</u>

A realização dos ativos fiscais diferidos, constituídos na Controladora e no Varejo sobre diferenças temporárias, foi considerada até o limite dos passivos fiscais diferidos constituídos sobre as diferenças temporárias.

Os créditos fiscais originados do imposto de renda – IR e da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL calculados, respectivamente sobre prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL do Varejo foram revertidos por não existir histórico de lucro tributável, ou evidências de lucros tributáveis no futuro, nos termos do CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

b) Conciliação da despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(273.181)	(299.069)	(273.205)	(256.015)
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	92.882	101.683	92.890	87.045
Adições permanentes - despesas não dedutíveis	6.954	(33)	(1.747)	(4.719)
Exclusões permanentes:				
Equivalência patrimonial	(100.014)	(99.848)	-	-
Créditos fiscais não registrados	<u>(11.308)</u>	<u>(1.802)</u>	<u>(102.629)</u>	<u>(125.404)</u>
	<u>(11.486)</u>	<u>-</u>	<u>(11.486)</u>	<u>(43.078)</u>
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício:				
Diferidos	<u>(11.486)</u>	<u>-</u>	<u>(11.486)</u>	<u>(43.078)</u>

9. PARTES RELACIONADAS

a) Transações comerciais e empréstimos de mútuo

As partes relacionadas da Controladora são:

- Varejo - empresa controlada
- Instituto Jorge Saraiva - outras partes relacionadas

As transações com as partes relacionadas compreendem operações de doações; reembolso de despesas da controlada; empréstimo de mútuo; e adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC.

As doações são realizadas em espécie ao Instituto Jorge Saraiva, fundado em 2004 e destinado às ações sociais e comunitárias da comunidade local. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, foram realizadas doações no montante de R\$596 (R\$551 em 31 de dezembro de 2018).

Em Reunião do Conselho de Administração, com a presença do Conselho Fiscal, realizada em 03 de novembro de 2019 o acionista controlador Sr. Jorge Eduardo Saraiva em cumprimento ao PRJ, utilizará o seu AFAC, no montante de R\$10.000 para integralizar as ações que subscrever. Dessa forma, o montante registrado no passivo circulante foi reclassificado para o Patrimônio Líquido, onde permanecerá até que seja deliberada sua capitalização.

Empréstimos de mútuo obtidos com a Controlada:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldos no início do exercício	2.183	7.996
Empréstimos obtidos	6.709	8.754
Pagamentos efetuados	(569)	(15.100)
Despesas financeiras	<u>296</u>	<u>533</u>
Saldos no fim do exercício	<u>8.619</u>	<u>2.183</u>

b) Remuneração dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Pró-labore do conselho de administração	1.349	1.361	1.493	1.469
Pró-labore da diretoria	<u>24</u>	<u>21</u>	<u>1.330</u>	<u>4.141</u>
Subtotal	1.373	1.382	2.823	5.610
Remuneração baseada em ações	18	67	18	67
Outras remunerações	<u>349</u>	<u>341</u>	<u>787</u>	<u>1.329</u>
	<u>1.740</u>	<u>1.790</u>	<u>3.628</u>	<u>7.006</u>

A Controladora não concede benefícios pós-emprego e benefícios de rescisão de contrato de trabalho. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o estatuto social da Controladora, é responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, estabelecer o montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria. Poderá ser atribuída, aos administradores, participação nos lucros nos termos do artigo 152 da Lei 6.404/76.

As informações relacionadas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 foram retificadas em virtude da apresentação da remuneração do Conselho fiscal, no montante de R\$624 (Pro-labore – R\$520 e Outras – R\$104) juntamente com a remuneração dos membros do conselho de administração.

10. INVESTIMENTOS

Participação no Varejo e suas principais informações:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Quantidade de ações do capital social - milhares	489.666	489.666
Quantidade de ações possuídas - milhares	489.626	489.626
Participação no capital social	99,99%	99,99%
Participação do investimento no patrimônio líquido da Controladora (inclui créditos com o Varejo)	100,00%	100,00%
Capital social	515.123	515.123
Patrimônio líquido	(147.846)	146.337
(-) Lucro não realizado em operação de venda do intangível para o Varejo	<u>(4.909)</u>	<u>(25.382)</u>
Total	<u>(152.755)</u>	<u>120.955</u>
Provisão para perda com investimento	<u>(152.743)</u>	<u>-</u>
Investimento	<u>-</u>	<u>120.943</u>

Base de cálculo para o resultado de equivalência patrimonial reconhecido pela Controladora:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Base de cálculo do valor de equivalência patrimonial:		
Prejuízo do Varejo	<u>(294.183)</u>	<u>(293.696)</u>
Equivalência patrimonial	<u>(294.159)</u>	<u>(293.672)</u>

Alterações registradas nas contas de investimentos:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldo no início do exercício	120.943	414.068
Participação no resultado do Varejo	(294.159)	(293.672)
Lucro não realizado em operação de venda do intangível para Varejo	20.473	-
Parcela excedente do saldo contábil da participação transferido para o passivo não circulante	152.743	-
Participação reflexa no hedge accounting do Varejo	-	547
Saldo no fim do exercício	<u>-</u>	<u>120.943</u>

Principais informações do Varejo:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Ativo total	821.038	962.562
Passivo circulante e não circulante	968.884	816.225
Patrimônio líquido	(147.846)	146.337

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Receita operacional líquida	669.658	1.445.422
Custo das mercadorias e serviços vendidos	(470.179)	(1.033.533)
Lucro bruto	199.479	411.889
Despesas operacionais	(331.759)	(543.083)
Depreciações	(77.613)	(36.807)
Outras	(309.306)	(32.770)
Resultado operacional	(519.199)	(200.771)
Resultado financeiro	225.016	(49.847)
Resultado antes dos impostos	(294.183)	(250.618)
Imposto de renda e contribuição social	-	(43.078)
Prejuízo líquido	<u>(294.183)</u>	<u>(293.696)</u>

11. IMOBILIZADO

		Controladora					
		31/12/19			31/12/18		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Máquinas e equipamentos	10	783	(782)	1	799	(798)	1
Móveis, utensílios e instalações	10	2.490	(2.310)	180	2.490	(2.253)	237
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	5.421	(5.390)	31	5.421	(5.371)	50
Equipamentos de informática	20	12.387	(12.386)	1	12.387	(12.315)	72
		<u>21.081</u>	<u>(20.868)</u>	<u>213</u>	<u>21.097</u>	<u>(20.737)</u>	<u>360</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

		Consolidado					
		31/12/19			31/12/18		
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido
Edifícios e construções	4	-	-	-	1.260	(1.260)	-
Máquinas e equipamentos	10	6.445	(4.185)	2.260	6.568	(3.810)	2.758
Móveis, utensílios e instalações	10	73.407	(59.802)	13.605	83.893	(65.801)	18.092
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(*)	152.422	(139.014)	13.408	164.499	(146.364)	18.135
Equipamentos de informática	20	69.182	(61.014)	8.168	70.832	(58.233)	12.599
Direito de uso em Arrendamento		353.771	(44.981)	308.790	-	-	-
Imobilizado em andamento	-	59	-	59	-	-	-
		<u>655.286</u>	<u>(308.996)</u>	<u>346.290</u>	<u>327.052</u>	<u>(275.468)</u>	<u>51.584</u>

(*) As benfeitorias nas unidades locadas são depreciadas pelo prazo de locação, ou pelo tempo de vida útil-econômica dos bens, dos dois o menor.

As alterações registradas na rubrica “Imobilizado” foram as seguintes:

	Controladora			
	31/12/18	Adições	Baixas	31/12/19
Custo:				
Máquinas e equipamentos	799	-	(16)	783
Móveis, utensílios e instalações	2.490	-	-	2.490
Benfeitorias em imóveis				
de terceiros	5.421	-	-	5.421
Equipamentos de informática	12.387	-	-	12.387
Total do custo	<u>21.097</u>	<u>-</u>	<u>(16)</u>	<u>21.081</u>
Depreciação acumulada:				
Máquinas e equipamentos	(798)	-	16	(782)
Móveis, utensílios e instalações	(2.253)	(57)	-	(2.310)
Benfeitorias em imóveis				
de terceiros	(5.371)	(19)	-	(5.390)
Equipamentos de informática	(12.315)	(71)	-	(12.386)
Total da depreciação	<u>(20.737)</u>	<u>(147)</u>	<u>16</u>	<u>(20.868)</u>
Valor líquido	<u>360</u>	<u>(147)</u>	<u>-</u>	<u>213</u>

	Consolidado						
	31/12/18	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	Adoção do IFRS16 / CPC06 (R2)	31/12/19
Custo:							
Edifícios e construções	1.260	-	-	(1.400)	140	-	-
Máquinas e equipamentos	6.568	-	(61)	-	(62)	-	6.445
Móveis, utensílios e instalações	83.893	2	(1.869)	-	(8.619)	-	73.407
Benfeitorias em imóveis							
de terceiros	164.499	1.217	(6.642)	206	(6.858)	-	152.422
Equipamentos de informática	70.832	53	(872)	-	(831)	-	69.182
Direito de uso em arrendamento	-	-	-	-	-	353.771	353.771
Imobilizado em andamento	-	266	-	(207)	-	-	59
Total do custo	<u>327.052</u>	<u>1.538</u>	<u>(9.444)</u>	<u>(1.401)</u>	<u>(16.230)</u>	<u>353.771</u>	<u>655.286</u>
Depreciação acumulada:							
Edifícios e construções	(1.260)	(14)	-	1.274	-	-	-
Máquinas e equipamentos	(3.810)	(498)	61	-	62	-	(4.185)
Móveis, utensílios e instalações	(65.801)	(3.978)	1.680	-	8.297	-	(59.802)
Benfeitorias em imóveis							
de terceiros	(146.364)	(4.431)	6.179	-	5.602	-	(139.014)
Equipamentos de informática	(58.233)	(4.621)	842	-	998	-	(61.014)
Direito de uso em arrendamento	-	-	-	-	-	(44.981)	(44.981)
Total da depreciação	<u>(275.468)</u>	<u>(13.542)</u>	<u>8.762</u>	<u>1.274</u>	<u>14.959</u>	<u>(44.981)</u>	<u>(308.996)</u>
Valor líquido	<u>51.584</u>	<u>(12.004)</u>	<u>(682)</u>	<u>(127)</u>	<u>(1.271)</u>	<u>308.790</u>	<u>346.290</u>

Os testes de recuperação são realizados quando existirem indicadores de perdas. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$1.271 (R\$1.933 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018).

12. INTANGÍVEL

		Controladora					
		31/12/19			31/12/18		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Software	20	<u>710</u>	<u>(710)</u>	<u>-</u>	<u>710</u>	<u>(710)</u>	<u>-</u>
		Consolidado					
		31/12/19			31/12/18		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Ágio	-	-	-	-	47.776	(841)	46.935
Cessão comercial	20	20.858	(20.858)	-	25.047	(25.047)	-
Software	20	158.100	(89.848)	68.252	237.071	(84.349)	152.722
Marcas e patentes	-	63	-	63	63	-	63
Intangível em andamento	-	-	-	-	3.225	-	3.225
		<u>179.021</u>	<u>(110.706)</u>	<u>68.315</u>	<u>313.182</u>	<u>(110.237)</u>	<u>202.945</u>

As alterações registradas na rubrica “Intangível” foram as seguintes:

		Controladora	
		31/12/18	31/12/19
Custo:			
Software		<u>710</u>	<u>710</u>
Amortização acumulada:			
Software		<u>(710)</u>	<u>(710)</u>
Valor líquido		<u>-</u>	<u>-</u>

	Consolidado					
	31/12/18	Adições	Baixas	Transferências	Perda por redução ao valor recuperável	31/12/19
Custo:						
Ágio	47.776	-	(47.776)	-	-	-
Cessão comercial	25.047	-	(300)	-	(3.889)	20.858
Software	237.071	1.174	(37.334)	7.589	(50.400)	158.100
Marcas e patentes	63	-	-	-	-	63
Intangível em andamento	3.225	7.591	(3.227)	(7.589)	-	-
Total do custo	313.182	8.765	(88.637)	-	(54.289)	179.021
Amortização acumulada:						
Ágio	(841)	-	841	-	-	-
Cessão comercial	(25.047)	-	300	-	3.889	(20.858)
Software	(84.349)	(24.696)	19.031	-	166	(89.848)
Total da amortização	(110.237)	(24.696)	20.172	-	4.055	(110.706)
Valor líquido	202.945	(15.931)	(68.465)	-	(50.234)	68.315

Os testes de recuperação são realizados anualmente independentemente da existência de indicadores de perdas para ágio e para os intangíveis com prazo de vida útil indefinida e, na existência de indicadores de perdas para os demais intangíveis. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, a Administração identificou eventos que denotaram a existência de indicadores de perdas e reconheceu no resultado do exercício a perda por redução ao valor recuperável no montante de R\$1. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da recuperação judicial, a Administração identificou eventos que denotam a existência de indicadores de perdas do valor recuperável, registrando o montante de R\$50.234, calculado e baseado em Laudo Técnico emitido por empresa especializada independente, contratada para esse fim.

Ágio

	aquisição	31/12/19	31/12/18
Ágio na aquisição da Siciliano	06/03/2008	<u>-</u>	<u>46.935</u>

Em decorrência da recuperação judicial, a Administração em seu melhor julgamento identificou que desapareceram as razões econômicas que fundamentaram o ágio decorrente de rentabilidade futura, registrado pela aquisição da Siciliano em 2008. A avaliação está baseada em Laudo Técnico emitido por empresa especializada independente, contratada para esse fim. Dessa forma, o montante de R\$46.935 foi levado à rubrica de “Outras despesas operacionais” em 30 de setembro de 2019.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Consolidado	
	31/12/19	31/12/18
Empréstimos e financiamentos		
Em moeda nacional:		
Empréstimos para capital de giro	150.304	121.158
Custos de captação a amortizar	-	(1.630)
Arrendamento financeiro	6.567	16.083
Fiança BNDES - Itaú	-	37.260
	<u>156.871</u>	<u>172.871</u>
Financiamento por arrendamento		
Em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	327.042	-
	<u>483.913</u>	<u>172.871</u>
Passivo circulante	66.345	154.468
Passivo não circulante	<u>417.568</u>	<u>18.403</u>
	<u>483.913</u>	<u>172.871</u>

Resumo das características dos empréstimos e financiamentos

Instituição	Finalidade	Modalidade	Contratação	Vencimento	Garantias	Valor contratado	Encargos
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2017	Abr/2025	Aval Controladora e Imóvel	R\$ 120.000	TR + 0,8% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2017	Ago/2030	Aval Controladora	R\$ 15.000	TR + 0,65% a.m.
Banco do Brasil S/A	Capital de giro	CCB	Ago/2019	Ago/2030	Aval Controladora	R\$ 1.358	TR + 0,8% a.m.
Banco Itaú S/A	Capital de giro	CCB	Mar/2019	Set/2021	Aval Controladora e recebíveis	R\$ 16.640	100% CDI a.a. + 3% a.a.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Nov/2015	Dez/2020	Bem arrendado	R\$ 10.709	100% CDI a.a. + 0,29% a.m.
HP Financial Services S/A	Software e manutenção	Leasing	Mar/2017	Fev/2020	Bem arrendado	R\$ 6.451	100% CDI a.a. + 0,26% a.m.

Movimentação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019

Descrição	31/12/18	Empréstimos	CPC 06	Pagamentos		31/12/19
		obtidos	(R2)	Encargos	principal e juros	
Empréstimos - capital de giro	119.528	17.998	-	16.882	(4.104)	150.304
Arrendamento financeiro	16.083	-	-	1.271	(10.787)	6.567
Fiança BNDES - Itaú	37.260	-	-	983	(38.243)	-
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	-	-	362.278	27.548	(62.784)	327.042
	172.871	17.998	362.278	46.684	(115.918)	483.913

Financiamentos com o BNDES

Garantias

Em dezembro de 2018 o BNDES executou a garantia com o Banco Itaú, para a liquidação do saldo devedor do empréstimo, no montante de R\$40.617. Em 13 de março de 2019, o saldo devedor da fiança, no montante de R\$ 41.640, foi quitado por meio de saldo em conta,

no montante de R\$25.000 e de empréstimo contratado com o Banco Itaú, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, no montante de R\$16.718.

Resumo das condições contratadas:

- Data da operação: 13/03/2019
- Taxa: 3% a.a. + 100% do CDI
- Garantia: Mínimo de R\$ 3,5MM de Agenda das bandeiras Mastercard e Hipercard.
- Período da Operação: Operação com um período de 30 meses e 1 ano de carência de pagamento de principal.

Em dezembro de 2018 a Alelo executou a garantia com o Banco do Brasil, para a liquidação de faturas que não haviam sido pagas por conta do período de competência ser anterior ao processo de Recuperação Judicial, no montante de R\$1.077. Em agosto de 2019, o saldo devedor da fiança, no montante de R\$ 1.359, foi repactuado nos termos do processo de Recuperação Judicial na classe de Credores com Garantia Real em um empréstimo contratado com o Banco do Brasil, na modalidade de Cédula de Crédito Bancário, no montante de R\$1.359.

Resumo das condições contratadas:

- Data da operação: 30/08/2019
- Taxa: TR + 0,80% am
- Garantia: Aval da Controladora e aplicação financeira em um CDB no valor de 1,27MM à taxa de 94% da variação do CDI.
- Período da Operação: Operação com um período de 120 meses e 13 meses de carência de pagamento de principal.

Empréstimos para capital de giro

Outras operações contratadas para suprir necessidades de capital de giro

Banco do Brasil

O Varejo repactuou o montante de R\$120.000, também contratados com o Banco do Brasil, para uma taxa de 132% do CDI, com dilação do prazo para três anos, com amortizações trimestrais e carência de um ano. Em 25 de julho de 2018 foi assinado aditamento que alterou o cronograma de reposição do principal e a troca da garantia representada por cessão fiduciária de direitos creditórios por uma garantia real representada por hipoteca cedular. Em agosto de 2019 foi repactuado o montante de R\$ 116.615 nos termos do processo de Recuperação Judicial na classe de Credores com Garantia Real que alterou o cronograma de reposição do principal para dez anos com amortizações mensais, carência de 13 meses e a taxa de juros da operação foi alterada para TR + 0,80% am.

Em 27 de julho de 2017, o Varejo contratou operação sob a forma de Cédula de Crédito Bancário – CCB, no montante de R\$15.000, com encargos de 120% da variação do CDI, vencimento em fevereiro de 2018, garantida por aval da Controladora. Em fevereiro de 2018, foi repactuado o montante de R\$13.000, à taxa de 124,25% da variação do CDI, com dilação do prazo para um ano, passando o vencimento para 01 de agosto de 2018. Em julho de 2018, foi repactuado o montante de R\$13.000, à taxa de 132% da variação do CDI, postergando o vencimento para 01 de novembro de 2018. Em outubro de 2018, foi repactuado o montante de

R\$13.000, à taxa de 132% da variação do CDI, postergando o vencimento para 01 de abril de 2019. Em setembro de 2019 foi repactuado o montante de R\$ 14.384 nos termos do processo de Recuperação Judicial na classe de Credores Estratégicos Financiadores e que alterou o cronograma de reposição do principal para cinco anos com amortizações mensais, carência de sete meses e a taxa de juros da operação foi alterada para TR + 0,65% am.

Arrendamentos Mercantis – CPC 06 (R2)

A Companhia e o Varejo adotaram a partir de 1 de janeiro de 2019, a forma de reconhecimento e mensuração de seus contratos de arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06(R2) – Nota explicativa nº 3.y). A Companhia não possui contratos de arrendamento mercantil incluídos na mensuração do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento do Varejo é reconhecido pelo valor presente das obrigações contratuais na data de contratação dos alugueis em contrapartida do direito de uso, registrado em conta do ativo imobilizado.

A depreciação do ativo imobilizado é linear pelo prazo médio estimado de permanência nos estabelecimentos locados pelo Varejo, de acordo com cada contrato. A depreciação incorrida no exercício foi de R\$44.981 (nota explicativa 11).

Os juros incorridos no exercício, pelo passivo de arrendamento foram calculados pela taxa incremental de empréstimos que seria obtida em operação similar, considerando a condição econômica do Varejo, equivalente a 8,53% a.a. No exercício foram incorridas despesas financeiras sobre o passivo de arrendamento no montante de R\$27.548.

Informações sobre os arrendamentos mercantis:

A seguir está apresentado o cronograma de vencimentos dos contratos de arrendamento:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/19</u>
Até 1 ano	69.379
De 1 ano a 5 anos	240.707
Mais que 5 anos	<u>127.278</u>
Total	<u><u>437.364</u></u>

Direito potencial de Pis e Cofins

A Companhia possui o direito potencial de Pis e Cofins a recuperar embutido na contraprestação dos arrendamentos de natureza de plantas industriais e outros. Na mensuração dos fluxos de caixas dos arrendamentos não foram destacados os créditos de impostos, sendo os efeitos potenciais de Pis e Cofins apresentados no quadro a seguir:

	<u>Nominal</u>	<u>Ajustado a valor presente</u>
Contraprestação arrendamento	437.364	327.042
PIS/COFINS potencial (9,25%)	<u>37.031</u>	<u>27.690</u>
	<u><u>400.334</u></u>	<u><u>299.352</u></u>

Efeitos inflacionários

A Companhia adotou como política contábil os requisitos da NBC TG 06 (R3) na mensuração e remensuração do seu direito de uso, com base no fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação. A Administração avaliou os impactos da utilização de fluxos nominais e concluiu que estes não apresentam distorções relevantes nas informações apresentadas. Para resguardar a representação fidedigna da informação frente aos requerimentos da NBC TG 06 (R3) e para atender as orientações da CVM, são fornecidos os saldos do ativo de direito de uso, depreciação, passivos de arrendamento e despesa financeira sem inflação denominados fluxo real, e a estimativa dos saldos inflacionados nos períodos de comparação denominados fluxo inflacionado. As demais premissas, como o cronograma de vencimento dos passivos e taxas de juros utilizadas no cálculo estão divulgadas em outros itens desta mesma nota explicativa, assim como os índices de inflação são observáveis no mercado, de forma que os fluxos inflacionados possam ser elaborados pelos usuários das demonstrações contábeis

<u>Ativos de direito de uso</u>		<u>Passivos de Arrendamento</u>	
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo real</u>	<u>31/12/19</u>	<u>Fluxo real</u>	<u>31/12/19</u>
Direito de uso	353.771	Passivo de arrendamento	437.258
Depreciação	(44.981)	Despesas financeiras (a incorrer)	(110.216)
	<u>308.790</u>		<u>327.042</u>
	<u>Consolidado</u>		<u>Consolidado</u>
<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/12/19</u>	<u>Fluxo inflacionado</u>	<u>31/12/19</u>
Direito de uso	369.019	Passivo de arrendamento	456.104
Depreciação	(46.920)	Despesas financeiras (a incorrer)	(114.966)
	<u>322.099</u>		<u>341.138</u>
Fonte: Globo.com (IBGE)	4,31%		

Outras informações sobre os arrendamentos mercantis

Passivo de arrendamento

Adoção inicial – 1/1/2019	342.873
Juros incorridos	27.548
Pagamentos realizados	(53.701)
Adições / baixas	10.898
Outros ajustes do passivo de arrendamento	<u>(576)</u>
Saldos em 31/12/2019	<u>327.042</u>

Direito de uso em arrendamento

Adoção inicial – 1/1/2019	342.873
Adições / baixas	10.898
Depreciação	<u>(44.981)</u>
Saldos em 31/12/2019	<u>308.790</u>

As informações sobre as despesas variáveis com arrendamentos mercantis não incluídas na mensuração do passivo de arrendamento da Companhia e do Varejo, estão apresentadas na nota explicativa nº 25.

14. RECEITA DIFERIDA - PROGRAMA DE FIDELIZAÇÃO

O programa de fidelização Saraiva Plus do Varejo promove as compras de produtos efetuadas pelos clientes nas lojas e no comércio eletrônico, que são transformadas em pontos, que, acumulados segundo as regras do programa, poderão ser utilizados como crédito para o pagamento em compras futuras.

Em 16 de junho de 2017, foram implementadas alterações no programa de acumulação de pontos. De acordo com o novo regulamento do Programa, a cada 500 pontos (Bônus) conquistados por meio de compras (antes, a cada 1.000 pontos) o cliente recebe um voucher de R\$10,00 para ser utilizado em até três meses como desconto em compras futuras em qualquer loja e no comércio eletrônico do Varejo, sendo a utilização livre para a aquisição de qualquer produto. Os vouchers emitidos e não utilizados têm o direito de uso expirado no prazo de três meses. Os pontos adquiridos que não acumulam 500 pontos, expiram em um prazo de 12 meses. A receita de vendas, alavancada pelo programa de fidelização é registrada em receita diferida, no passivo circulante, pelo valor dos pontos acumulados, de acordo com as regras de acumulação. A receita diferida é reconhecida no resultado pela efetiva utilização dos vouchers adquiridos pelos clientes e pela efetiva expiração do direito de uso dos vouchers e dos pontos que não acumularam Bônus.

Em 31 de dezembro de 2019, a receita diferida do programa de fidelização, registrada em rubrica específica no consolidado, é de R\$3.379 (R\$4.320 em 31 de dezembro de 2018).

15. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Fornecedor - nacional	629	1.719	93.266	545.385
Fornecedor - exterior	-	-	17	3.939
	<u>629</u>	<u>1.719</u>	<u>93.283</u>	<u>549.324</u>

Em 30 de setembro de 2019, foi reclassificado o montante de 521.055 (1.092 na Controladora e 519.963 no Varejo) para a rubrica “Credores recuperação judicial”, no curto e longo prazo.

16. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	-	-	780	4.574
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	72	59	778	1.120
Contribuições sociais retidas na fonte sobre serviços tomados de pessoas jurídicas	14	2	681	278
Imposto sobre Serviços - ISS	-	-	50	7
Parcelamento de tributos - Lei 12.996/14 (a)	-	-	-	814
Parcelamento de tributos - Estaduais (b)	-	-	1.616	1.366
Outros	-	2	57	178
	<u>86</u>	<u>63</u>	<u>3.962</u>	<u>8.337</u>
Passivo circulante	86	63	2.798	6.823
Passivo não circulante	-	-	1.164	1.514
	<u>86</u>	<u>63</u>	<u>3.962</u>	<u>8.337</u>

- (a) Parcelamento de débitos tributários instruídos em 2014, relacionados a compensações de tributos federais com créditos de PIS/COFINS apurados em 2007 e 2008, não homologadas, no montante de R\$2.245. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$160 (R\$170 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018). Em dezembro de 2019, ocorreu a liquidação antecipada através de compensação de ofício efetuado pela Receita Federal no montante de R\$521.
- (b) Parcelamentos ordinários instruídos em 2018, nos Estados de Santa Catarina, Ceará e Rio Grande do Sul relacionados a autos de infração de ICMS. O montante pago no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$549 (R\$716 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018).

17. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

Controladora				
	<u>31/12/18</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/19</u>
Férias	217	14	-	231
Salários a pagar	55	7	(7)	55
FGTS a recolher	17	2	-	19
INSS a recolher	94	387	(384)	97
	<u>383</u>	<u>410</u>	<u>(391)</u>	<u>402</u>

Consolidado				
	<u>31/12/18</u>	<u>Despesa</u>	<u>Pagamento</u>	<u>31/12/19</u>
Férias	7.165	6.535	(8.564)	5.136
13º salário	-	5.665	(5.665)	-
Salários a pagar	237	57.924	(56.150)	2.011
FGTS a recolher	1.212	10.557	(10.857)	912
INSS a recolher	4.900	17.625	(17.974)	4.551
	<u>13.514</u>	<u>98.306</u>	<u>(99.210)</u>	<u>12.610</u>

18. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Controladora e o Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com obrigação presente e probabilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar essa obrigação. Os montantes provisionados são considerados suficientes para cobrir as prováveis saídas de recursos para liquidação das respectivas obrigações.

Composição da provisão e dos depósitos judiciais que garantem alguns dos processos:

Provisões

Controladora			
Constituição			
	<u>31/12/18</u>	<u>/(Reversão)</u>	<u>31/12/19</u>
Contingências tributárias (a)	-	47.218	47.218
Contingências trabalhistas	3.246	(239)	3.007
Contingências cíveis	365	291	656
	<u>3.611</u>	<u>47.270</u>	<u>50.881</u>

	Consolidado		
	Constituição		
	31/12/18	/(Reversão)	31/12/19
Contingências tributárias (a)	-	137.205	137.205
Contingências trabalhistas	11.564	(4.015)	7.549
Contingências cíveis	2.033	2.821	4.854
ICMS - Auto de infração (b)	1.048	15	1.063
PIS/COFINS - Exclusão do ICMS da base de cálculo	2.162	-	2.162
	<u>16.807</u>	<u>136.026</u>	<u>152.833</u>

- (a) Inclui a constituição de provisões cuja probabilidade de perda foi estimada como provável pelos assessores jurídicos da Companhia e do Varejo : i) Processo administrativo do Varejo, no montante estimado de R\$42.002, relacionado a manifestação de inconformidade para despacho decisório que considerou não homologados Pedidos de Restituição de créditos de PIS e COFINS para os períodos base de 2013 a 2015, cuja a perda no âmbito administrativo é considerada provável pelos assessores jurídicos do Varejo; ii) Ação judicial que discute com o Banco do Brasil a atualização monetária dos depósitos judiciais requeridos pela RFB, no montante estimado de R\$58.278 para garantir ações judiciais que discutiam a majoração da alíquota da COFINS, cujo trânsito em julgado, resultou em favor da RFB; iii) Mandados de segurança instruídos para assegurar o direito ao desembaraço aduaneiro do e-reader do Varejo sem o recolhimento dos tributos federais, o montante de R\$9.030.
- (b) Provisão correspondente ao valor de principal e multa para discussão judicial em curso para anulação de autos de infração lavrados em 2011, relacionados a créditos de ICMS tomados sobre a aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria da Fazenda Estadual de São Paulo.

Depósitos judiciais

	Controladora		
	Acréscimo/		
	31/12/18	(Baixa)	31/12/19
PIS/COFINS (a)	977	19	996
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos	3.260	318	3.578
Processos judiciais trabalhistas	1.524	(635)	889
	<u>11.827</u>	<u>(298)</u>	<u>11.529</u>

	Consolidado		
	Acréscimo/		
	31/12/18	(Baixa)	31/12/19
PIS/COFINS (a)	1.077	(81)	996
Processos administrativos - compensação de tributos	6.066	-	6.066
Outros processos judiciais e administrativos (b)	32.150	(8.345)	23.805
Processos judiciais trabalhistas	4.498	(1.350)	3.148
	<u>43.791</u>	<u>(9.776)</u>	<u>34.015</u>

(a) Ações judiciais impetradas pela Controladora e pelo Varejo para questionar a ampliação da base de cálculo das contribuições federais, PIS e COFINS, instituídas pela Lei 9.718/98. As ações tiveram o trânsito em julgado em favor das empresas e a liberação dos depósitos aguardam processamento.

(b) Inclui o montante de R\$15.541 relativos a IPI, II, PIS e COFINS originados em liminar parcialmente deferida em Mandado de Segurança para reconhecer a imunidade de impostos e alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS nos processos de importação do leitor digital – LEV.

Passivos contingentes

A Administração da Controladora e do Varejo discutem administrativa e judicialmente processos tributários, cíveis e trabalhistas com possibilidade de perda avaliada como possível por seus assessores jurídicos em montante estimado de R\$489.719, sendo R\$245.307 para a Controladora e R\$244.412 para o Varejo (R\$516.815 em 31 de dezembro de 2018, sendo R\$262.443 para a Controladora e R\$254.372 para o Varejo).

Composição dos principais passivos com probabilidade de perdas avaliadas como possíveis:

PROCESSOS DE NATUREZA TRIBUTÁRIA	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- INSS	Autos de infração lavrados contra a Controladora relacionados a constituição de crédito tributário sobre participação nos lucros de colaboradores e administradores e descumprimento de obrigações acessórias	2.838
b- IRPJ/CSLL/PIS/COFINS	Representados substancialmente por processos de impugnação em curso, de despachos decisórios que não homologaram créditos tributários utilizados pela Controladora e o Varejo para o pagamento de tributos federais	251.423
c- II, IPI, ICMS, PIS e COFINS	Mandados de Segurança impetrados pelo Varejo para reconhecer a imunidade de impostos e a alíquota zero para as contribuições PIS/COFINS incidentes nos processos de importação do leitor digital – LEV	6.065
d- ICMS	Autos de infração lavrados contra o Varejo relacionados ao crédito de ICMS registrado sobre aquisição de mercadorias de fornecedores considerados inabilitados perante o cadastro da Secretaria de Fazenda Estadual	27.541
e- Diversos	Outras discussões administrativas e judiciais sobre processos tributários	139.623
TOTAL		427.490

PROCESSOS DE NATUREZA CÍVEL	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- Contratos de locação	Ações renovatórias ajuizadas pelo Varejo relacionadas às suas unidades operacionais	15.508
b- Outros	Outros processos da Controladora com objetos variados e do Varejo relacionados à ações individuais de relações de consumo	36.050
TOTAL		51.558

PROCESSOS DE NATUREZA TRABALHISTA	OBJETO	VALOR ESTIMADO
a- Diversos	Ações trabalhistas ajuizadas contra a Controladora e o Varejo, substancialmente relacionadas a responsabilidade subsidiária ou reconhecimento de vínculo empregatício em contratos de prestação de serviço	10.671

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social da Controladora, no montante de R\$282.999 (R\$282.999 em 31 de dezembro de 2018), está representado por 26.701.745 ações, sendo 9.622.313 ações ordinárias e 17.079.432 ações preferenciais sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral. O estatuto social da Controladora atende às Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3.

Em Reunião do Conselho de Administração, assistida pelo Conselho Fiscal, realizada em 3 de novembro de 2019 foi deliberado o aumento de capital social da Companhia, assim como, a emissão de bônus de subscrição, ambos dentro do limite do capital autorizado, nos termos do Estatuto da Companhia e conforme Aviso aos Acionistas, arquivado na CVM na mesma data, como segue:

i) Aumento do capital social: emissão de no mínimo 2.001.351 novas ações (720.459 ações ordinárias e 1.280.892 ações preferenciais), no valor total mínimo de R\$2.901 e, no máximo, de 25.122.069 novas ações (9.043.603 ações ordinárias e 16.078.466 ações preferenciais), no valor total máximo de R\$36.427, admitida a subscrição parcial. O aumento de capital se insere no contexto do PRJ, observando integralmente as diretrizes fixadas em todos os seus termos. A totalidade do preço de emissão será destinada ao capital social da Companhia, não sendo destinada nenhuma parcela para a formação da reserva de capital da Companhia. O direito de preferência dos acionistas poderá ser exercido a partir do dia 11 de novembro, inclusive, até o dia 10 de dezembro de 2019, inclusive.

ii) Capitalização do AFAC: independentemente de aprovação dos limites mínimo ou máximo, o acionista controlador Sr. Jorge Eduardo Saraiva, em cumprimento ao PRJ, utilizará o seu AFAC, no montante de R\$10.000 para integralizar as ações que subscrever.

iii) Emissão do Bônus de Subscrição: deliberada a emissão de 2.068.966 de bônus, todos nominativos e escriturais. A subscrição será particular e com o objetivo de reduzir o endividamento da Companhia, nos termos previstos no PRJ. Aos acionistas titulares de ações da Companhia em 8 de novembro de 2019, será assegurado o direito de preferência,

cujo exercício poderá se dar entre 11 de novembro, inclusive e 10 de dezembro de 2019, inclusive.

A Controladora está autorizada a aumentar o capital social, mediante a emissão de novas ações para subscrição, por deliberação do Conselho de Administração, e independentemente de reforma estatutária, em até 20.000.000 de ações, com a possibilidade de destinação de até 500.000 ações desse total para outorga de opções de compra, nos termos do estatuto. Em 31 de outubro de 2019 foram aprovados em Assembleia Geral Extraordinária o aumento do capital autorizado da Companhia, que passou para o limite de até 66.000.000 (sessenta e seis milhões) de ações; e a inclusão de regra estatutária conferindo poderes ao Conselho de Administração da Companhia para, dentro do limite do capital autorizado, emitir bônus de subscrição.

As ações preferenciais da Controladora, cujo número não poderá ultrapassar dois terços do total de ações emitidas, conferem aos seus titulares os seguintes direitos ou vantagens:

- Direito de voto restrito, na forma do estatuto.
- Direito de alienar as ações preferenciais na hipótese de alienação do poder de controle da Controladora, na forma do estatuto.
- Dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias.
- Participação na distribuição de ações bonificadas provenientes de capitalização de reservas, lucros acumulados e de quaisquer outros fundos, em igualdade de condições com os acionistas titulares de ações ordinárias.

Não é admitida a conversão de ações ordinárias em preferenciais e vice-versa.

b) Ações em tesouraria - Instruções CVM nº 10/80 e nº 298/97

A Controladora mantém 15.700 ações ordinárias em tesouraria, representadas por R\$233, com valor de mercado de R\$74 (R\$4,70 por ação - cotação em 30 de dezembro de 2019).

c) Dividendos e juros sobre o capital próprio

É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício.

A Controladora não poderá, salvo se autorizada pela maioria de votos em assembleia especial dos acionistas titulares de ações preferenciais, reter, por mais de quatro trimestres sucessivos, disponibilidade financeira em quantia superior a 25% do seu ativo total. A disponibilidade financeira corresponderá à soma dos valores registrados sob a rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, excedente à soma dos valores contabilizados sob a rubrica “Empréstimos e financiamentos” dos passivos circulante e não circulante. Conforme disposição estatutária, o montante de juros sobre o capital próprio para efeito do cálculo do dividendo obrigatório é líquido do imposto de renda.

Em 28 de outubro de 2019, a Companhia comunicou aos seus acionistas que o pagamento dos dividendos declarados pela Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 26 de abril de 2018, no montante de R\$5.817, será realizado nos termos do PRJ aprovado em 28 de agosto e homologado em 4 de setembro de 2019 será realizado. O saldo remanescente, no

montante de R\$11.634, estabelecido no cronograma de distribuição divulgado por meio de Fato Relevante publicado em 2 de agosto de 2017, que permaneceu em aberto em decorrência da situação econômica-financeira da Companhia, conforme Fato Relevante publicado em 28 de março de 2019, será reclassificado para reserva especial, onde poderá absorver prejuízos acumulados do exercício corrente, nos termos previstos na Lei 6.404/76.

d) Plano de opção de compra de ações da Controladora

Os Programas aprovados pelo Conselho de Administração foram outorgados a administradores e colaboradores da Controladora e do Varejo. As opções serão exercidas por meio da emissão de novas ações e/ou pela alienação de ações em tesouraria detidas pela Controladora, conforme decisão à época do exercício da opção a ser tomada pelo Conselho de Administração.

O valor justo para os programas de opção de compra de ações foi calculado na data de outorga de cada programa e com base no modelo de precificação binomial. Os efeitos foram refletidos na rubrica “Despesas operacionais”, no resultado, e na rubrica “Reservas de lucros”, no patrimônio líquido, como segue:

Ano da outorga e programa	Valores registrados		Total
	Até o exercício	Exercício	
	findo em 31/12/18	encerrado em 31/12/19	
2014 - 7º Programa (4ª tranche)	197	-	197
2014 - 7º Programa (5ª tranche)	219	18	237
	<u>416</u>	<u>18</u>	<u>434</u>

A movimentação das outorgas de opções de compra de ações no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Total de opções de compra de ações outorgadas	176.400	176.400
(-) Opções não exercidas e expiradas/canceladas	<u>(176.400)</u>	<u>(176.400)</u>
(=) Saldo atual do número de opções de compra de ações em 31 de dezembro de 2019	<u>-</u>	<u>-</u>

No período entre 07 de maio e 06 de setembro de 2018, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (4ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

No período entre 13 de maio e 13 de setembro de 2019, as opções equivalentes a 42.400 ações do 7º Programa (5ª tranche) não foram exercidas e expiraram.

Na determinação do valor justo das opções de compra de ações, foram utilizadas as seguintes premissas econômicas:

	7º Programa (4ª tranche)	7º Programa (5ª tranche)
Data da outorga	16/07/2014	16/07/2014
Início do prazo de exercício das opções	07/05/2018	13/05/2019
Término do prazo de exercício das opções	06/09/2018	13/09/2019
Taxa de juro livre de risco	11,68%	11,74%
Número de administradores e funcionários elegíveis	11	11
Preço fixado - R\$	21,00	21,00
Indexador	IPCA	IPCA
Número de opções em aberto	<u> - </u>	<u> - </u>
Valor justo da opção na data da outorga - por opção - R\$	<u> 4.64 </u>	<u> 5.57 </u>

e) Ajustes de avaliação patrimonial

O saldo de R\$11.279, líquido dos impostos diferidos de R\$5.810, representa o valor atribuído ao ativo imobilizado “Terrenos” da Controladora em decorrência da adoção da prática do custo atribuído (“deemed cost”), aplicável à adoção inicial das novas práticas contábeis adotadas no Brasil.

f) Reserva especial para dividendo obrigatório não distribuído

Constituída em AGO/AGE realizada em 29 de abril de 2016.

Em 02 de agosto de 2017, a Controladora comunicou através de fato relevante aos seus acionistas e ao mercado em geral que a Administração da Controladora e seus acionistas controladores se comprometeram, em processo administrativo em curso na CVM, a implementar o seguinte cronograma de distribuição do saldo remanescente do dividendo mínimo obrigatório referente ao exercício de 2015, transferido para o passivo circulante e não circulante, no montante total de R\$17.452:

Deliberação	Valor
AGO de 2018	5.818
AGO de 2019	5.817
AGO de 2020	5.817

Em 26 de abril de 2018, foi aprovada a distribuição da parcela no montante de R\$5.818, correspondentes ao valor bruto de R\$ 0,21798 por ação e equivalente a 33% (trinta e três por cento) do saldo da Reserva Especial.

A distribuição parcial do dividendo obrigatório retido no exercício social 2015, no montante de R\$5.817, cujo pagamento era previsto para 18 de dezembro de 2018, conforme havia sido aprovado pela Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2018 foi suspensa em virtude de disposição legal relacionada ao pedido de recuperação judicial (Artigo 6º da Lei nº 11.101/2015). Em 28 de outubro de 2019, foi divulgado o pagamento do montante de R\$5.817, registrado no passivo circulante, aprovado em AGE de 26 de abril de 2018, nos termos do PRJ aprovado em 28 de agosto e homologado em 4 de setembro de 2019.

O saldo remanescente, previsto no cronograma aprovado em 2 de agosto de 2017, no montante de R\$11.634, registrado no passivo não circulante, foi reclassificado para Reserva Especial, onde poderá absorver prejuízos do exercício corrente, nos termos da Lei 6.404/76.

g) Participação de não controladores

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Saldos no início do exercício	12	36
Participação no resultado do exercício	<u>(24)</u>	<u>(24)</u>
Saldos no fim do exercício	<u>(12)</u>	<u>12</u>

20. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Receita operacional líquida:		
Venda de mercadorias e serviços	710.060	1.581.388
(-) Impostos incidentes	(28.446)	(105.918)
(-) Devoluções	(12.898)	(27.484)
(-) Diferimento da receita - Saraiva Plus	<u>942</u>	<u>(2.564)</u>
	<u>669.658</u>	<u>1.445.422</u>

21. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Mercadorias	-	-	(470.179)	(1.023.488)
Custo dos serviços vendidos	-	-	-	(10.045)
Despesa com pessoal e encargos	(948)	(1.274)	(138.095)	(198.499)
Honorários dos administradores	(1.373)	(1.382)	(2.823)	(5.610)
Propaganda e publicidade	-	-	(21.054)	(27.965)
Arrendamento mercantil - parcela variável	-	-	(2.163)	(56.785)
Publicações legais	(208)	(217)	(314)	(332)
Condomínio e fundos de promoção	-	-	(28.533)	(34.312)
Frete e embalagens	-	-	(33.214)	(61.223)
Serviços de informática	-	(67)	(10.374)	(18.745)
Consultoria e assessoria	-	-	(13.027)	(8.134)
Viagens e estadias	-	-	(474)	(1.268)
Despesas com cartão de crédito, boleto e cobrança	-	-	(9.681)	(22.339)
Perda com créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.204)	(18.799)
Outras	(2.197)	(1.207)	(75.529)	(93.219)
	<u>(4.726)</u>	<u>(4.147)</u>	<u>(806.664)</u>	<u>(1.580.763)</u>
Classificadas como:				
Custo das mercadorias e dos serviços vendidos	-	-	(470.179)	(1.033.533)
Despesas com vendas	-	-	(217.145)	(354.243)
Despesas gerais e administrativas	(4.726)	(4.147)	(119.340)	(192.987)
	<u>(4.726)</u>	<u>(4.147)</u>	<u>(806.664)</u>	<u>(1.580.763)</u>

22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Resultado na baixa e/ou venda				
de ativo imobilizado, intangível e ágio	10	-	(69.107)	(19.896)
Perda de valor recuperável - ativo				
imobilizado e intangível	-	-	(51.505)	(22.102)
Provisão para perda na realização				
de créditos tributários	-	-	(106.153)	-
Baixa de créditos tributários	-	-	(10.109)	-
Baixa de créditos com fornecedores	-	-	(567)	-
Baixa de depósitos judiciais	-	-	(1.217)	(673)
PIS/COFINS s/ outras receitas				
operacionais e financeiras	(27)	(37)	(2.208)	(2.453)
Cartão "private label"	-	-	(1.537)	(1.132)
Provisão para contingências	-	-	(88.740)	(1.619)
Ajustes do plano de recuperação judicial	(77)	-	(17.222)	-
Sinistros e outros eventos				
com mercadorias	-	-	-	(452)
Parcelamento tributos estaduais	-	-	(1.057)	(1.526)
Outras despesas operacionais	(43)	(1)	(6.650)	(2.619)
	<u>(137)</u>	<u>(38)</u>	<u>(356.072)</u>	<u>(52.472)</u>

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Cartão presente não resgatado, e outros				
créditos de clientes não reclamados	-	-	12.147	9.920
Baixa de lucro não realizado na operação				
de venda do intangível para o Varejo	20.473	-	-	-
Constituição de crédito tributário de ação				
judicial transitada em julgado	-	-	50.719	-
Despesas recuperadas	267	-	2.627	1.731
Ajustes contábeis - implementação				
novo sistema de gestão	-	-	-	5.575
Indenizações por sinistros com mercadorias	-	-	-	388
Reversão provisão para contingências	-	5	-	5
Outras receitas operacionais	187	129	2.063	2.179
	<u>20.927</u>	<u>134</u>	<u>67.556</u>	<u>19.798</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Receitas financeiras:				
Receitas sobre aplicações financeiras	-	1	512	608
empréstimos e financiamentos				
Valor justo - operação "swap"	-	-	-	13.596
Juros recebidos de clientes	-	-	21	47
Juros sobre impostos a recuperar	555	582	3.652	3.097
Descontos financeiros obtidos	15	53	1.184	771
AVP - Credores recuperação judicial	5.464	-	290.743	-
Outros juros e variações ativas	-	-	503	258
	<u>6.034</u>	<u>636</u>	<u>296.615</u>	<u>18.377</u>
Despesas financeiras:				
Juros e variações monetárias sobre				
empréstimos e financiamentos	-	-	(38.466)	(17.940)
Juros sobre empréstimos efetuados pela				
controlada	(296)	(533)	-	-
Descontos financeiros concedidos	-	-	-	(39)
Outros juros e variações passivas	(116)	(187)	(18.024)	(41.467)
Imposto sobre Operações de Crédito - IOF	(115)	(153)	(957)	(388)
Outras comissões financeiras	(204)	(153)	(8.218)	(8.181)
Outras despesas financeiras	<u>(243)</u>	<u>(105)</u>	<u>(874)</u>	<u>(704)</u>
	<u>(974)</u>	<u>(1.131)</u>	<u>(66.539)</u>	<u>(68.719)</u>
	<u>5.060</u>	<u>(495)</u>	<u>230.076</u>	<u>(50.342)</u>

25. ARRENDAMENTO MERCANTIL – PARCELA VARIÁVEL DOS CONTRATOS DE LOCAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2019, o Varejo possuía 73 contratos de locação de suas lojas firmados com administradoras de shoppings ou proprietários de lojas de rua, qualificados como arrendamento mercantil operacional. Os contratos de locação das lojas, em sua maioria, preveem despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo atualizado anualmente por índices representativos da inflação e da evolução do segmento imobiliário, com prazos de validade de cinco anos em sua maioria, sujeitos à renovação, e são usualmente garantidos pela Controladora por meio de fiança. Os contratos de aluguel das áreas de Logística e Administrativa do Varejo possuem valores fixados em contrato, com reajustes anuais, conforme variação dos principais índices de inflação.

O valor da locação dos imóveis é sempre o maior valor entre: (a) o equivalente a de 2% a 10% das vendas mensais brutas, realizadas pela loja; ou (b) um valor mínimo mensal atualizado anualmente por determinados índices representativos da inflação, conforme o caso. Os referidos contratos de locação possuem período de vigência indeterminado ou determinado;

nesse último caso, os prazos variam de cinco a dez anos, sujeitos à renovação contratual amigável ou judicial (ação renovatória). A partir de 1 de janeiro de 2019, o montante registrado na rubrica “Aluguéis”, em despesas operacionais está relacionado à parcela variável dos contratos de locação e dos demais contratos não qualificados na definição de arrendamento prevista no CPC 06(R2).

Despesas com aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Arrendamentos operacionais - nota explicativa 21	<u>2.163</u>	<u>56.785</u>

O saldo da rubrica “Arrendamento mercantil - locação de lojas” no passivo circulante em 31 de dezembro de 2019 no consolidado é de R\$1.826 (R\$31.771 em 31 de dezembro de 2018).

26. PREJUÍZO POR AÇÃO

O estatuto social da Controladora assegura aos acionistas titulares de ações preferenciais dividendos iguais aos atribuídos às ações ordinárias. A tabela a seguir demonstra o cálculo do prejuízo por ação de acordo com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33):

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/19 a 31/12/19			01/01/19 a 31/12/19			01/01/19 a 31/12/19		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(114.493)	(203.555)	(318.048)	(102.476)	(182.191)	(284.667)	(12.017)	(21.364)	(33.381)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	(11,91814)	(11,91814)		(10,66727)	(10,66727)		(1,25087)	(1,25087)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(11,91814)	(11,91814)		(10,66727)	(10,66727)		(1,25087)	(1,25087)	

	LPA - Total			LPA - Continuada			LPA - Descontinuada		
	01/01/18 a 31/12/18			01/01/18 a 31/12/18			01/01/18 a 31/12/18		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Prejuízo atribuído aos acionistas da Controladora	(108.619)	(193.111)	(301.730)	(107.661)	(191.408)	(299.069)	(958)	(1.703)	(2.661)
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo básico por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Média ponderada de ações em circulação (em milhares) utilizadas na apuração do prejuízo diluído por ação	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686	9.607	17.079	26.686
Prejuízo por ação - básico - R\$	(11,30667)	(11,30667)		(11,20696)	(11,20696)		(0,09971)	(0,09971)	
Prejuízo por ação - diluído - R\$	(11,30667)	(11,30335)		(11,20696)	(11,20367)		(0,09971)	(0,09968)	

27. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão do risco de capital

Entre os principais objetivos da gestão do capital realizada pela Administração da Controladora e do Varejo destacam-se: o de assegurar a continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas; e o de manter uma estrutura de capital apropriada para minimizar os custos a ela associados.

As estruturas de capital da Controladora e do Varejo consistem em passivos financeiros com instituições financeiras (nota explicativa nº 13), caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

Os índices de endividamento podem ser assim resumidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Empréstimos e financiamentos e credores da recuperação judicial	2.933	2.637	739.018	175.508
(-) Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>(2.603)</u>	<u>(760)</u>	<u>(20.464)</u>	<u>(95.429)</u>
Dívida líquida	330	1.877	718.554	80.079
Patrimônio líquido	<u>(172.677)</u>	<u>120.906</u>	<u>(172.689)</u>	<u>120.918</u>
Total	<u>(172.347)</u>	<u>122.783</u>	<u>545.865</u>	<u>200.997</u>
Índice de dívida líquida	<u>-0.19%</u>	<u>1.53%</u>	<u>131.64%</u>	<u>39.84%</u>

Periodicamente, a Administração da Controladora e do Varejo revisa a estrutura de capital e sua habilidade de liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de contas a receber, fornecedores e estoques, tomando as ações necessárias para mantê-los em níveis considerados adequados para a gestão financeira.

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Controladora	
	31/12/19	31/12/18
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>2.603</u>	<u>760</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Fornecedores	629	1.719
Credores recuperação judicial	2.933	-
Dividendos	-	17.466
Partes relacionadas - contrato de mútuo	8.619	2.183
AFAC	-	10.000
Outras obrigações	<u>-</u>	<u>2.637</u>
	<u>12.181</u>	<u>34.005</u>
	Consolidado	
	31/12/19	31/12/18
	Valor	Valor
	<u>Contábil</u>	<u>Contábil</u>
Ativos financeiros		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	20.464	95.429
Empréstimos e recebíveis		
Contas a receber de clientes	<u>23.269</u>	<u>57.685</u>
	<u>43.733</u>	<u>153.114</u>
Passivos financeiros		
Passivos pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	483.913	172.871
Fornecedores	93.283	549.324
Credores recuperação judicial	255.105	-
Arrendamento operacional - locação de lojas	1.826	31.771
Dividendos	-	17.466
AFAC	-	10.000
Outras obrigações	<u>889</u>	<u>3.489</u>
	<u>835.016</u>	<u>784.921</u>

A Administração da Controladora e do Varejo é de opinião que os instrumentos financeiros, reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas pelos seus valores contábeis, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado no encerramento de cada exercício.

O saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” é atualizado monetariamente com base nos índices de mercado (CDI, TJLP e UM Selic, esses somente até 31/12/2018 para os empréstimos tomados com o BNDES, liquidados em dezembro de 2018), taxas contratuais (nota explicativa nº 13) e juros variáveis em virtude das condições de mercado; e, portanto, o saldo devedor registrado no encerramento de cada período está próximo do valor de mercado.

c) Riscos financeiros

As atividades da Controladora e do Varejo estão expostas aos riscos de mercado, de crédito, de liquidez, operacional e ao risco limitado ao valor pago pelo derivativo utilizado como instrumento de proteção a exposição de variação de preço da moeda.

A gestão de risco da Controladora e do Varejo é realizada segundo as políticas aprovadas pelas respectivas Diretorias. A área Financeira da Controladora e do Varejo identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as áreas operacionais.

d) Gestão do risco de taxa de juros

As operações da Controladora e o Varejo estão expostas a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros, substancialmente sobre os empréstimos tomados e aplicações financeiras. A política de gestão de risco de taxas de juros definida pela Administração compreende o acompanhamento permanente do cenário econômico para identificação de possíveis oscilações das taxas de juros e, quando aplicável, a contratação de operações que possam garantir proteção às mudanças nas taxas de juros, bem como, a ponderação entre a contratação de operações pós-fixadas e pré-fixadas.

Saldo que representavam a exposição máxima ao risco de taxa de juros na data de encerramento do exercício:

		<u>Consolidado</u>
		<u>31/12/19</u>
<u>Risco</u>		<u>Valor Contábil</u>
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	<u>23.330</u>

e) Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme Instrução CVM nº 475/08

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indexador dos empréstimos e das aplicações de sobras de caixa.

A Controladora apresenta a seguir as informações suplementares sobre os instrumentos financeiros da Controladora e do Varejo que são requeridas pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, especificamente sobre a análise de sensibilidade complementar à

requerida pelas IFRS e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

Na elaboração dessa análise, a Administração da Controladora e do Varejo adotou as seguintes premissas:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos relevantes.
- Definição de um cenário provável do comportamento de risco (Cenário I).
- Definição de dois cenários adicionais com deterioração de, pelo menos, 25% e 50% na variação de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente).

Eventuais efeitos nos saldos patrimoniais conforme cenários analisados:

Ativos e passivos com juros recalculados conforme cenários anteriormente estabelecidos.

Operação	Risco	Valores patrimoniais		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras sujeitas à variação do CDI - Varejo	Baixa do CDI	(32)	(79)	(154)
Empréstimos para capital de giro sujeitos a variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	(74)	(186)	(372)
Arrendamentos financeiros sujeitos a variação do CDI - Varejo	Alta do CDI	(13)	(32)	(64)
Resultado líquido		(119)	(297)	(590)

f) Gestão de risco de crédito

As políticas de vendas e concessão de crédito na Controladora e no Varejo estão subordinadas às políticas de crédito fixadas por sua Diretoria e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção da carteira de clientes, que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

Exposição máxima a este risco na data de encerramento do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
	Valor	Valor	Valor	Valor
	Contábil	Contábil	Contábil	Contábil
Ativos financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa				
e aplicações financeiras	2.603	760	20.464	95.429
Contas a receber de clientes	-	-	23.269	57.685
	<u>2.603</u>	<u>760</u>	<u>43.733</u>	<u>153.114</u>

Em 31 de dezembro de 2019, o consolidado apresenta saldo de perda com créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$311 (R\$339 em 31 de dezembro de 2018), para cobrir os riscos de crédito.

g) Gerenciamento do risco de liquidez

A Administração monitora continuamente as previsões contínuas das exigências de liquidez da Controladora e do Varejo para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Em virtude da dinâmica de seus negócios, a Controladora e o Varejo mantêm flexibilidade na captação de recursos, mediante manutenção de linhas de crédito bancárias, com algumas instituições.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros:

Operação	Controladora				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Fornecedores	629	-	-	-	629
Credores por recuperação judicial	629	56	81	7.631	8.397

Operação	Consolidado				
	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	acima de 5 anos	Total
Fornecedores	93.283	-	-	-	93.283
Credores por recuperação judicial	15.377	12.481	14.088	436.661	478.607
Empréstimos e financiamentos	90.218	85.187	222.691	195.089	593.185
Arrendamento operacional -					
locação de lojas	1.826	-	-	-	1.826
Outras obrigações	889	-	-	-	889

h) Concentração de risco

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam às operações da Controladora e do Varejo à concentração de risco de crédito consistem, substancialmente, em saldos em bancos, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. O saldo da rubrica “Contas a receber de clientes” do Varejo está substancialmente distribuído entre as adquirentes de cartões de crédito. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais.

i) Linhas de crédito

<u>Consolidado</u>		
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Empréstimos:		
Utilizado	150.304	158.418
Financiamentos:		
Utilizado	-	58.136

j) Garantias obtidas

<u>Consolidado</u>	
<u>31/12/19</u>	
Cartas de fiança em garantia de processo de execução fiscal federal	<u>8.612</u>

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as cartas de fiança obtidas geraram despesas financeiras de R\$276 (R\$1.883 em 31 de dezembro de 2018).

k) Valor contábil e valor justo dos ativos e passivos financeiros

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>		<u>31/12/19</u>	
	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor</u>
	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>	<u>Contábil</u>	<u>Justo</u>
Valor justo por meio do resultado				
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	2.603	2.603	20.464	20.464
Empréstimos e recebíveis				
Contas a receber de clientes	-	-	23.269	23.269
Passivos mantidos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	-	-	483.913	484.423
Fornecedores	629	629	93.283	93.283
Credores da recuperação judicial	2.933	2.933	255.105	255.105
Arrendamento operacional - locação de lojas	-	-	1.826	1.826
Partes relacionadas - contrato de mútuo	8.619	8.619	-	-
Outras obrigações	-	-	889	889

Métodos e premissas adotados na determinação do valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa – São definidos como ativos para gestão do caixa e representados por caixa e depósitos bancários, cujo valor justo se aproxima do valor contábil.
- Contas a receber de clientes, fornecedores e partes relacionadas – Saldos decorrentes diretamente das operações, cujos valores justos aproximam-se dos valores contábeis.

A Controladora divulga seus ativos e passivos financeiros ao valor justo com base nos pronunciamentos CPC 38, CPC 39 e CPC 40 (R1), que definem mensuração, reconhecimento, apresentação e evidenciação dos instrumentos financeiros.

Hierarquia do valor justo

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os seguintes níveis:

Nível 1 – preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos, que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – inputs, exceto preços cotados, incluídas no nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e

Nível 3 – premissas para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se subjetiva.

Ativos e passivos da Controladora e do Consolidado, mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2019:

Controladora				
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>2.603</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.603</u>
Consolidado				
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	<u>20.464</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.464</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A gestão dos negócios do Grupo Saraiva, nos âmbitos financeiro e operacional, é realizada por meio do único segmento denominado “Varejo”.

O segmento Varejo corresponde ao negócio de varejo de produtos ligados a cultura, lazer e informação. A comercialização é realizada pela rede de lojas nas principais cidades do País e pelo comércio eletrônico Saraiva.com.br.

29. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Representadas pelo resultado residual das operações do segmento editorial, vendido à Editora Ática S.A. em 2015.

Demonstração de resultados de operações descontinuadas para o exercício encerrado em 31 de dezembro:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Despesas operacionais	<u>(49.452)</u>	<u>(2.480)</u>	<u>(49.452)</u>	<u>(2.480)</u>
Prejuízo operacional	<u>(49.452)</u>	<u>(2.480)</u>	<u>(49.452)</u>	<u>(2.480)</u>
Despesas financeiras	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>	<u>(1)</u>	<u>(2)</u>
	(1)	(2)	(1)	(2)
Prejuízo líquido antes do IR	<u>(49.453)</u>	<u>(2.482)</u>	<u>(49.453)</u>	<u>(2.482)</u>
IR diferido	<u>16.072</u>	<u>(179)</u>	<u>16.072</u>	<u>(179)</u>
Resultado das operações descontinuadas	<u><u>(33.381)</u></u>	<u><u>(2.661)</u></u>	<u><u>(33.381)</u></u>	<u><u>(2.661)</u></u>

O resultado de operações descontinuadas no consolidado de R\$33.381 (R\$2.661 em 31 de dezembro de 2018) é totalmente atribuído aos acionistas controladores.

Fluxo de caixa de operações descontinuadas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Caixa líquido utilizado em atividades operacionais	(49.189)	2.362	(49.189)	2.362
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>500</u>	<u>(445)</u>	<u>500</u>	<u>(445)</u>
Caixa líquido proveniente de operações descontinuadas	<u><u>(48.689)</u></u>	<u><u>1.917</u></u>	<u><u>(48.689)</u></u>	<u><u>1.917</u></u>

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Administração da Controladora e do Varejo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Coberturas dos seguros contratados:

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Lucros cessantes	150.000	150.000
Incêndio - importância máxima	126.297	185.383
Responsabilidade civil - conselheiros, diretores e administradores - importância máxima	50.000	100.000
Responsabilidade civil geral - importância máxima	2.000	2.000
Transporte internacional	300	3.708
Execução fiscal	106.336	70.853
Roubo e Furto	11.650	11.650
Riscos Gerais	6.980	6.980

31. PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Para o pagamento dos credores, o PRJ, define 4 (quatro) classes de credores: i) Classe I – Credores Trabalhistas; ii) Classe II – Credores com garantia Real; iii) Classe III – Credores Quirografários; e iv) Classe IV – Credores ME e EPP. Além da definição das Classes, nos termos definidos no PRJ, os credores são qualificados em Credores Estratégicos Financiadores; Credores Estratégicos Locadores I e II; Credores Fornecedores Estratégicos; e Credores Fornecedores Incentivadores.

O montante da dívida consolidada está composto como segue:

Classes	Não		Total
	Circulante	Circulante	
Classe I	3.540	974	4.514
Classe II	7.100	126.508	133.608
Classe III	-	88.568	88.568
Classe IV	-	5.052	5.052
Subclasse fornecedores incentivadores	59.738	67.782	127.520
Subclasse fornecedores estratégicos	-	20.875	20.875
Subclasse fornecedores locadores	8.576	-	8.576
Total	<u>78.954</u>	<u>309.759</u>	<u>388.713</u>

Os valores estão líquidos de ajuste a valor presente – AVP no montante de R\$290.742 (5.464 na Controladora e 285.278 no Varejo), cujo efeito tributário é de R\$98.852.

O montante de R\$133.608 referente a classe II, está registrado na rubrica “Empréstimos e financiamentos”.

Salvo condições e disposições específicas definidas no PRJ para cada classe ou qualificação de credores, as principais condições gerais de pagamento previstas são as seguintes:

- i) A todos os credores das Classes III e IV será realizado o pagamento de R\$10 até o último dia útil do mês subsequente ao mês de homologação do PRJ;
- ii) Todos os créditos parcelados serão corrigidos pela variação da Taxa referencial, calculada nos termos e condições previstos no PRJ para cada forma e prazo de pagamento;
- ii) Amortizações extraordinárias: a) “*Cash Sweep*”, correspondente ao pagamento aos Credores Quirografários, Credores Fornecedores Estratégicos e Credores Fornecedores Incentivadores, do excedente de caixa superior aquele previsto nas projeções apresentadas no Laudo de Viabilidade, até o limite de 50% do excedente, a partir do 2º (segundo) ano até o 15º (décimo quinto) ano a contar da data de homologação do plano; e b) Geração de Caixa Pré-pagamento a Credores, correspondente ao pagamento aos Credores Estratégicos Locadores II, Credores Quirografários, Credores ME e EPP e Credores Fornecedores Estratégicos, equivalente a variação positiva nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa apurada após o pagamento de todas as obrigações operacionais, de investimentos, financeiras e de financiamentos, tributárias e societárias, exceto relacionada a remuneração de qualquer natureza aos acionistas, a partir do 15º (décimo quinto) ano a contar da homologação do PRJ até a quitação dos créditos, nos termos previstos no PRJ;
- iii) Classe I: a) pagamento até 30 dias contados da homologação do PRJ, dos créditos de natureza estritamente salarial até o limite de 5(cinco) salários mínimos por credor; b) pagamento em 12 (doze) parcelas mensais iguais e sucessivas a contar do mês seguinte ao da homologação do PRJ, do montante de até R\$160, já descontados os valores descritos no item a); e pagamento do saldo remanescente, caso houver, sendo: 5% do saldo remanescente em 14 (quatorze) em parcelas iguais e sucessivas a partir do 13º mês subsequente ao da homologação do PRJ; e 95% (noventa e cinco) a partir do trimestre imediatamente seguinte ao término do pagamento previsto para os 5%, observado os demais termos e condições previstos no PRJ;
- iv) Classe II: a) pagamento de encargos e correção monetária em parcelas mensais iguais e consecutivas a partir do último dia útil do mês subsequente ao da homologação do PRJ até o 13º (décimo terceiro) mês subsequente ao da homologação do PRJ, a partir de quando serão pagos juntamente com o principal da dívida; e b) pagamento do principal em 120 parcelas iguais e sucessivas a partir do 13º (décimo terceiro) mês subsequente ao da homologação do PRJ, de acordo com demais disposições previstas no PRJ;
- v) Classes III e IV: observadas as disposições e condições específicas previstas no PRJ para as qualificações de credores, o montante de 5% da dívida será pago no prazo de 14 (quatorze) anos em parcelas iguais, mensais e consecutivas a partir do último dia útil do mês subsequente ao da homologação do PRJ; e o montante de 95% da dívida, será pago trimestralmente a partir do trimestre imediatamente seguinte ao do término do pagamento previsto para os 5% da dívida;
- vi) Condições especiais estabelecidas aos Credores Fornecedores Estratégicos e Credores Fornecedores Incentivadores: a) observadas as disposições e condições específicas previstas no PRJ, para esses credores, o montante de 60% da dívida será pago no prazo de até 15 (quinze) anos em parcelas mensais e consecutivas a partir do último dia útil do 13º (décimo terceiro) mês subsequente ao da homologação do PRJ; e o montante de 40% restante, será

pago trimestralmente a partir do trimestre imediatamente seguinte ao do término do pagamento previsto para os 60% da dívida. Sem prejuízo dos pagamentos, assim definidos, os Credores Fornecedores Incentivadores, que dessa forma optarem nos termos estabelecidas no PRJ farão jus ao recebimento de Bônus de Subscrição, equivalente ao montante de seu crédito, que conferirá aos seus titulares o direito a aquisição de determinada quantidade de ações representativas do capital social da Companhia de acordo com condições estipuladas no PRJ e resguardados os direitos de preferência dos acionistas, exceto controladores que renunciaram expressamente tal direito, para subscrição dos Bônus. Todos os recursos recebidos pela Companhia, originados da subscrição dos Bônus, sejam credores ou acionistas, serão destinados integral e prioritariamente, de acordo com condições e nos termos do PRJ, ao pagamento dos créditos detidos pelos Credores Fornecedores Incentivadores.

A íntegra do PRJ aprovado, onde poderão ser compreendidas de forma mais abrangente todas as disposições e condições estabelecidas para o pagamento dos créditos da recuperação judicial da Companhia e do Varejo foram disponibilizadas na página de Relações com Investidores da Companhia (<http://www.saraivari.com.br>) e no site da Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>).

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2020, re-ratificada em reunião realizada pelo mesmo conselho em 27 de fevereiro de 2020 foi deliberada:

- (i) a homologação parcial do aumento de capital deliberado em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de novembro de 2019. Foram subscritas 12.244.309 ações (8.998.528 ações ordinárias e 3.245.781 ações preferenciais ao preço de emissão de R\$1,45, totalizando R\$17.754.248,05, levados a reserva de capital de ágio na subscrição de ações;
- (ii) a homologação do aumento de capital com a reserva de capital de ágio na subscrição de ações, no montante de R\$17.754.248,05. O capital social passou de R\$282.999, para R\$300.753, representado por 38.946.054 ações, sendo 18.620.841 ações ordinárias e 20.325.213 ações ordinárias; e
- (iii) uma nova emissão de bônus de subscrição, dentro do limite do capital autorizado.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de março de 2020, foi autorizado à Gestão da Companhia a implementação do Plano de Ação apresentado em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2020, incluindo as negociações com fornecedores, prestadores de serviços e outros sobre a prorrogação de pagamentos; e com sindicatos da categoria no Estado de São Paulo, sobre a dispensa coletiva de colaboradores.

Em 2 de março de 2020 foi recebido o montante de R\$2.000 a título de sinal previsto no Instrumento Particular de Compromisso de Compra e Venda de Imóveis e Outras Avenças, assinado em 20 de dezembro de 2019, e aditado em 16/01/2020, 10/02/2020 e em 27/02/2020, para formalizar a alienação do Terreno e Galpões da unidade Guarulhos da Companhia, pelo valor de R\$24.500. O pedido de autorização para a alienação foi instruído em 20 de dezembro de 2019 para o Juiz de Direito da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, com parecer positivo do Administrador Judicial,

Credores e Ministério Público, sendo finalmente deferida a alienação do imóvel em 18 de março de 2020. A administração julga que a venda deverá se concluir, o mais tardar, até o final abril de 2020.

Impactos do Coronavírus nas Demonstrações Contábeis

A administração da Companhia e de sua controlada acompanha atentamente os possíveis impactos do Coronavírus em seus negócios, tendo sido elaborados planos de contingências para mitigar os impactos trazidos pela significativa redução do fluxo de pessoas em decorrência de medidas de restrição de circulação em ambientes públicos recomendadas pelo Ministério da Saúde e adotadas por todas as esferas de governo. Também foram adotadas medidas de segurança para suas unidades de abastecimento e administrativa com o objetivo de manter o mínimo indispensável para a continuidade das atividades de abastecimento e administrativas. Dessa forma a Companhia estabeleceu um canal de comunicação por meio de um Comitê interno, para tratar tempestivamente, as medidas necessárias e analisar seus impactos na operação.

O fechamento das lojas físicas do Varejo, sendo a maioria em Shoppings Center, motivados por determinações dos órgãos de governos responderá por um impacto relevante nas vendas e na geração de caixa exigindo da Companhia extrema capacidade para encontrar alternativas que mitiguem o comprometimento de algumas das ações estruturadas no Plano de Ação, boa parte delas já e implementadas. Nesse cenário, a Companhia definiu um plano de emergência baseado em quatro temas fundamentais: i) Medidas preventivas; ii) Estimular e intensificar as vendas pelo e-commerce, que não foram paralisadas e horam todos seus compromissos com seus clientes; iii) Planos de Contingência para enfrentar os impactos nas lojas físicas e nos canais de distribuição; e iv) Monitoramento permanente da evolução dos casos de infecção do coronavírus, assim como, das recomendações e determinações dos órgãos das administrações públicas.

Mesmo diante de todo acompanhamento, até a data de publicação das demonstrações contábeis não foi possível mensurar com segurança, todos os riscos decorrentes da pandemia de Coronavírus, que poderiam resultar em perdas ou mudanças em suas estimativas sobre os negócios da Companhia e sua controlada.